



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

BRASÍLIA
MARÇO/2011



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidades Agregadas: Fundo de Direitos Difusos

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Secretaria de Direito Econômico

BRASÍLIA
MARÇO/2011

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

DPDC – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

DPDE – Departamento de Proteção e Defesa Econômica

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

SDE -Secretaria de Direito Econômico

CFDD – Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos

SINDEC – Sistema Nacional de Informaoes de Defesa do Consumidor

ENDC – Escola Nacional de Defesa do Consumidor

SNDC – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

ENACC – Estratégia Nacional de Combate a Cartéis

CFDD – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico

SBDC – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	12
II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	12
III - Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	13
IV - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010	13
V - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010	13
VI - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito referente ao item 5 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010	14
VII - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010	14
VIII - Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º da DN TCU nº 107/2010 referente ao item 16 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010	14
IX - Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, referente ao item 31 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010	15
X - Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010	15
XI - Relação dos Programas de Governo ou dos fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010	15
XII - Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	15
XIII - Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010	15

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO.....	6
INTRODUÇÃO	6
A- CONTEÚDO GERAL	9
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	9
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	9

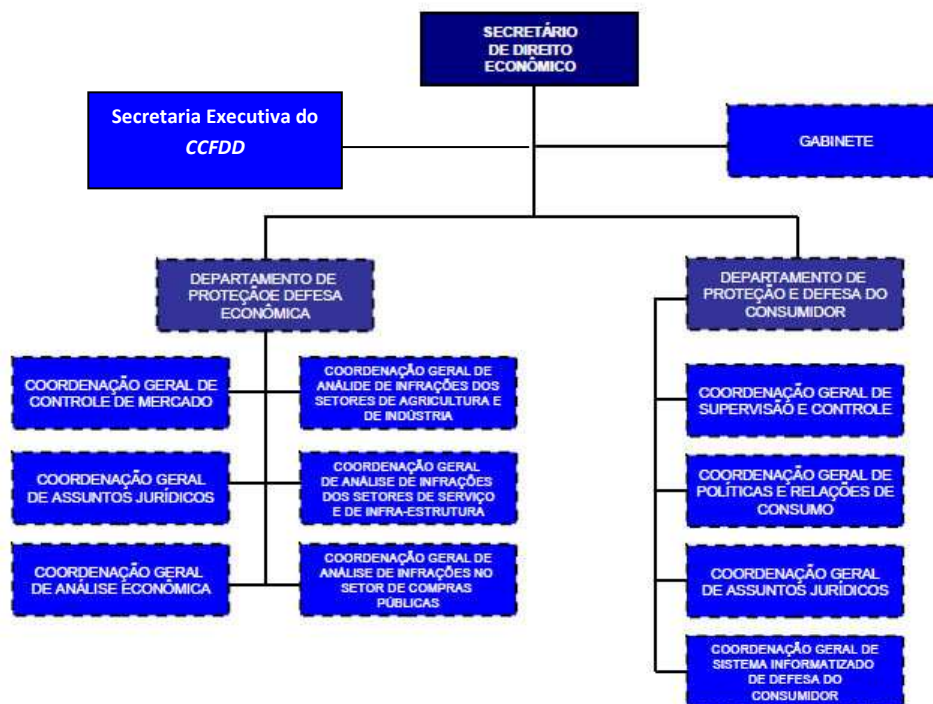
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	10
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	11
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	11
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	11
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	12
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	12
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	12
Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo	13
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	13
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	13
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ	13
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	14
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	14
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	14
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	14
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	15
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	15
Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional	16
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	16
Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa	18
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	19
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	19
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação	19
2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	20
2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	21
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	22
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	22
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação ...	22
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	23
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	24
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	25
2.4.2.3) Indicadores Institucionais.....	25
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	26
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	26
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	26
3.2) Análise Crítica.....	26
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	26
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	26
4.2) Análise Crítica.....	27
5. RECURSOS HUMANOS	28
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	28
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	28
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	29

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....	29
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	30
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010.....	30
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	30
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	31
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	31
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos	31
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. .	31
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	32
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	32
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	33
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	33
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	34
6. TRANSFERÊNCIAS	35
6.1) Transferências efetuadas no exercício.....	35
6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	35
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	35
6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	43
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios...43	43
6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	43
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	43
6.1.4) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e de contratos de repasse	43
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.	43
6.1.5) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	44
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	44
6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo.....	44
7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	46
7.1) Estrutura de controles internos da UJ.....	46
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.....	46
8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	47
8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	47
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	47
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	48
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	48
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	48
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	49

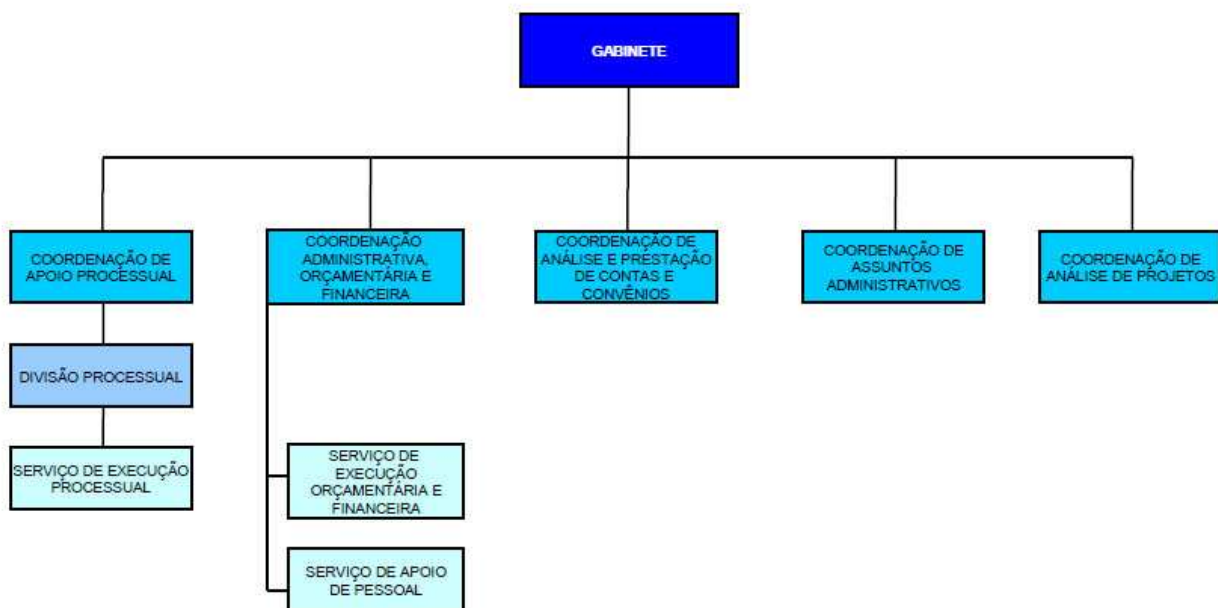
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	50
9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade	51
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 51	
10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	51
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ	51
12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO 51	
12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício	51
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	51
12.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício	52
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	52
12.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício	52
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	52
12.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	53
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	53
20. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	53
20.1) Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	53
Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	54
20.2) Análise Crítica.....	54
RESULTADOS E CONCLUSÕES	54
ANEXOS.....	55

ORGANOGRAMA FUNCIONAL
ORGANOGRAMA CGMA

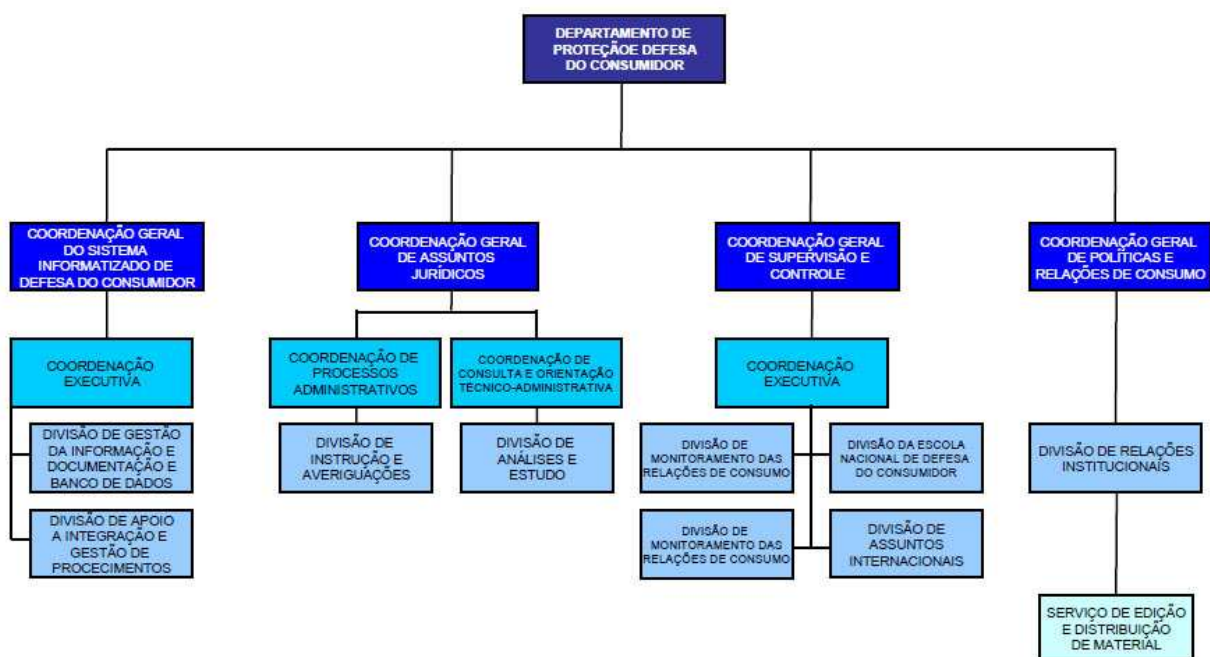
**ESTRUTURA DA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO**
(DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)



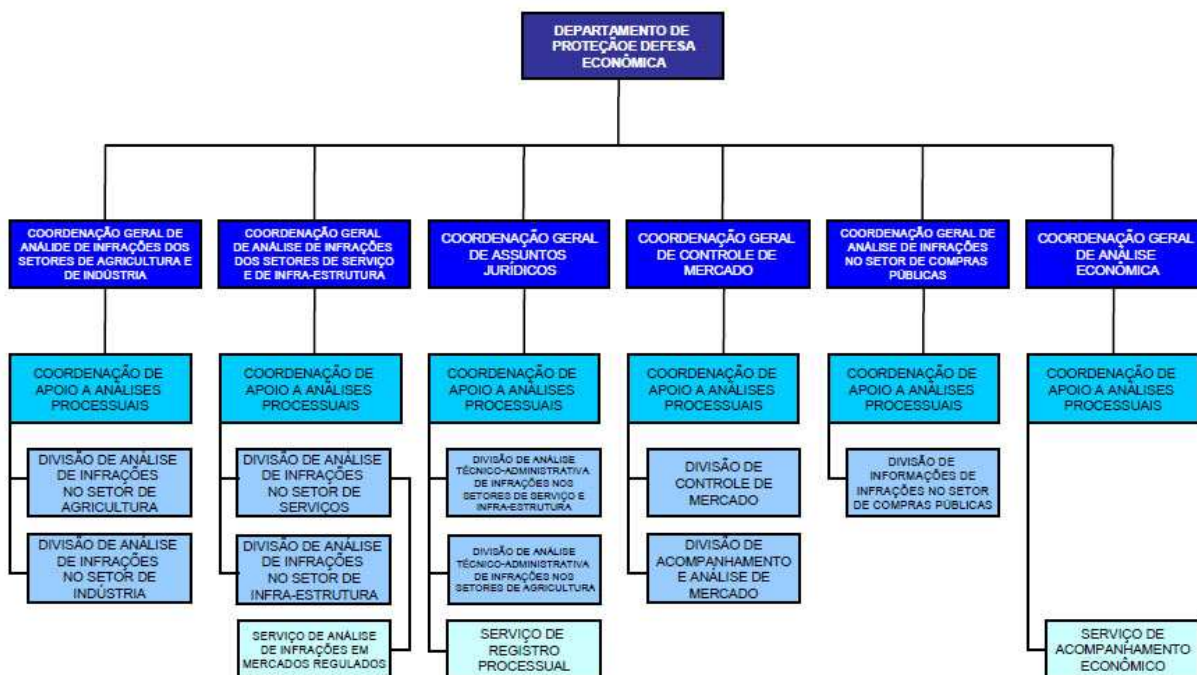
**ESTRUTURA DA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO**
(DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)



**ESTRUTURA DA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO**
(DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)



**ESTRUTURA DA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO**
(DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)



Competências e atribuições:

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor:

Coordenação Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor: responsável pelo planejamento, coordenação, execução da integração dos procedimentos, bancos de dados e informações dos órgãos e entidades de defesa do consumidor.

Coordenação Geral de Assuntos Jurídicos: planeja, executa e acompanha as atividades de prevenção e repressão às práticas infringentes da legislação de defesa do consumidor, administra os processos e procedimentos jurídicos com vistas ao aprimoramento da legislação de defesa do consumidor.

Coordenação Geral de Supervisão e Controle: planeja, promove, executa e acompanha ações relacionadas à Escola Nacional de Defesa do Consumidor e aos estudos e pesquisas concernentes às relações de consumo, em âmbito nacional e internacional, bem como elabora material de promoção da educação para o consumo e propõe e articula fiscalizações.

Coordenação Geral de Política de Relações de Consumo: assessora o Departamento na proposição e execução da política de relações institucionais do DPDC, incentiva e coordena o processo de criação e estruturação de órgãos públicos, entidades privadas, sociedades civis e associações, constituídos com o fim de promover a defesa do consumidor.

Departamento de Proteção e Defesa Econômica:

Coordenação Geral de Assuntos Jurídicos: responsável pela análise de questões jurídicas procedimentais incidentes na instrução processual de casos em análise no Departamento.

Coordenação Geral de Análise de Infrações nos Setores de Agricultura e Indústria: responsável pela análise sobre a licitude concorrencial de condutas comerciais adotadas por empresas atuantes nos setores de agricultura e indústria.

Coordenação Geral de Análise de Infrações nos Setores de Serviços e Infraestrutura: responsável pela análise sobre a licitude concorrencial de condutas comerciais adotadas por empresas atuantes nos setores de serviços e infraestrutura.

Coordenação Geral de Análise de Infrações no Setor de Compras Públicas: responsável pela análise sobre a licitude concorrencial de condutas comerciais adotadas por empresas atuantes nos setor de compras públicas.

Coordenação Geral de Controle de Mercado: responsável pela análise de atos de concentração submetidos à apreciação da SDE.

Coordenação Geral de Assuntos Econômicos: responsável pela análise de questões econômicas incidentes na instrução processual de casos em análise no Departamento.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme as normas expedidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria Geral da União – CGU.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, os itens 1 e 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

A Secretaria de Direito Econômico, em prosseguimento às ações implementadas nos anos anteriores, deu prioridade em 2010 ao reforço das ações estratégicas para o fortalecimento das políticas de defesa da concorrência e do consumidor.

No que diz respeito à proteção dos interesses e direitos dos consumidores, a SDE, por meio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, buscou expandir o âmbito de abrangência das ações estruturantes da política consumerista, quais sejam, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC e o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC.

A SDE buscou ainda desempenhar, no âmbito dessa mesma política, o papel de coordenação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, articulando-se com os órgãos estaduais e municipais de forma a adotar estratégias conjuntas e de âmbito nacional para proteção dos consumidores.

Por fim, o DPDC manteve ainda em 2010 as medidas de supervisão e controle das práticas lesivas ao bem-estar dos consumidores, especialmente àquelas com potencial de gerar riscos à sua segurança.

Quanto à política de defesa da concorrência, a SDE buscou reforçar ainda mais as ações ligadas ao combate aos cartéis, com implementação de medidas ligadas à articulação de órgãos responsáveis pela repressão a esse ilícito, tanto no âmbito administrativo, quanto criminal, bem como com atividades direcionadas à disseminação da cultura da concorrência, distribuindo amplo número de materiais educativos e informativos para públicos alvos prioritários.

Nesse sentido, a SDE, por meio do DPDE, realizou o segundo encontro da ENACC – Estratégia Nacional de Combate a Cartéis.

Com relação à política de proteção dos direitos difusos, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos manteve o propósito de elevar o número de projetos apoiados em 2010.

Em 2011, o DPDC pretende expandir o SINDEC para ainda mais municípios, por meio da formação de parcerias com órgãos estaduais de defesa do consumidor e elevar a base de usuários da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, ampliando o número de cursos e o perfil dos alunos. Além disso, a SDE pretende realizar, no âmbito da política de defesa do consumidor, a Conferência Nacional de Consumo e Cidadania.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Órgão de Vinculação: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria de Direito Econômico			
Denominação abreviada: SDE			
Código SIORG: 1958	Código LOA: 30101	Código SIAFI: 200400	
Situação: ativo			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Não se aplica à natureza Jurídica da UJ		Código CNAE: Não se aplica à natureza Jurídica da UJ	
Telefones/Fax de contato:	61 2025-3112	61 2025-3786	61 2025-3402
E-mail: sde@mj.gov.br			
Página na Internet: http://www.mj.gov.br/sde			
Endereço Postal: Logradouro, Esplanada dos Ministérios, bloco T, sala538, CEP 70.064-900 Brasília-DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos			
Denominação abreviada: CFDD			
Código SIORG: 8156	Código na LOA:	Código SIAFI: 200401	
Situação: ativo			
Natureza Jurídica: Fundo			
Principal Atividade: Não se aplica à natureza Jurídica da UJ		Código CNAE: Não se aplica à natureza Jurídica da UJ	
Telefones/Fax de contato:	61 2025-3409	61 2025-9133	61 2025-3005
E-mail: cfdd.sde@mj.gov.br			
Página na Internet: http://www.mj.gov.br/cfdd			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, bloco T, sala 505, CEP 70.064-900 Brasília/DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nºs 8.078/90, publicada no D.O.U. de 12/09/1990, publicada no D.O.U. de 13/06/1994, e 9.021/95, publicado no D.O.U. de 31/03/1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Regimento Interno da SDE: Portaria nº961, de 16 de agosto de 2002, publicada nas páginas 27 a 29, seção 1, do D.O.U. de 19/08/2002.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Manual de Direito do Consumidor			
Combate a Cartéis na Revenda de Combustíveis			
Combate a Cartéis e o Programa de Leniência			
Combate a Cartéis em Sindicatos e Associações			
Combate a Cartéis em Licitações			
Defesa da Concorrência no Poder Judiciário			
Revista em Quadrinho da Turma da Mônica "Cartel da Limonada"			
Código de Proteção e Defesa do Consumidor;			
Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2008 e 2009			
Matriz Curricular da Escola Nacional de Defesa do Consumidor			
Consumer Defense in Latin America Geopolitical Atlas			
A Defesa do Consumidor na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Peru: uma análise comparativa			
Anais da 1ª Encontro da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis			
Legislação de Defesa da Concorrência			
Guia Orientador para Celíacos			
Prevenção e Tratamento do Superendividamento			
A Proteção de Dados Pessoais nas Relações de Consumo para além da Informação Creditícia			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200401	Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos direitos Difusos (Fundo)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200400	Secretaria de Direito Econômico (Executora)
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200400	00001

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

Os principais programas de responsabilidade da Secretaria de Direito Econômico – SDE são os de Defesa do Consumidor e Defesa Econômica e da Concorrência, implementados, respectivamente pelos Departamentos de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, e Proteção e Defesa Econômica – DPDE. Além disso, o CFDD é responsável pela implementação da ação de Proteção dos Direitos Difusos

O cenário em que se inserem os programas são afetados por diversas políticas públicas, como, por exemplo, ações regulatórias de competência de agências específicas que podem melhorar substancialmente as condições do mercado de consumo para os cidadãos, assim como políticas de defesa da concorrência, que afetam diretamente as relações de consumo.

O Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE) integra a estrutura da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) e tem como função apoiar a Secretária no cumprimento de suas competências relativas à promoção e defesa da concorrência estabelecidas na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

A defesa da concorrência no Brasil é exercida por meio da atuação conjunta de três órgãos: a SDE/MJ, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. Juntos, esses órgãos compõem o que se convencionou chamar de “Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência” (SBDC). Compete ao SBDC atuar de forma preventiva, repressiva e educativa na tarefa de assegurar a existência de um mercado livre e competitivo, capaz de gerar eficiência econômica e bem-estar para os consumidores.

No campo da prevenção, o SBDC atua por meio do controle de estruturas de mercado, instruindo e julgando atos de concentração de empresas, isto é, processos que analisam operações de fusão, incorporação, reorganização societária, joint venture, dentre outras, conforme se enquadrem nos critérios estabelecidos no artigo 54 da Lei nº 8.884/94.

Cabe à SDE/MJ, por meio do DPDE, e à SEAE/MF a instrução desses processos e o oferecimento de pareceres técnicos não vinculativos acerca da probabilidade ou não de a operação vir a causar prejuízos à concorrência. Cumpre, por sua vez, ao CADE decidir, em última instância administrativa, se a operação pode ou não ser aprovada e, eventualmente, sob quais condições.

Na atividade de repressão, o SBDC atua por meio do controle de condutas anticompetitivas, tais como cartéis, vendas casadas, preços predatórios, acordos de exclusividade, à luz do disposto nos artigos 20 e 21 da Lei nº 8.884/94. A SDE/MJ, por meio do DPDE, é o órgão responsável por apurar denúncias de infrações à ordem econômica, presidindo as investigações em processos administrativos lato sensu. A SEAE/MF, por sua vez, é responsável por investigar condutas para

oferecer representação à SDE/MJ, bem como por elaborar facultativamente pareceres em processos administrativos. O CADE, por fim, é o órgão responsável por decidir em última instância administrativa pela prática ou não de infração à ordem econômica e de aplicar as eventuais penalidades cabíveis.

Por fim, na esfera educativa, o SBDC atua por meio da chamada advocacia da concorrência, contribuindo para a divulgação e disseminação da cultura da concorrência junto a entidades governamentais, empresas e consumidores. No exercício dessa atividade, a SDE/MJ, por meio do DPDE, atua promovendo campanhas, participando de grupos interministeriais, celebrando convênios de cooperação técnica e adotando parcerias com instituições para a realização de seminários, palestras, cursos e publicação de relatórios e matérias em revistas especializadas, entre outras atividades.

Conforme disciplinado pela Lei nº 8.078/90, a proteção e a defesa do consumidor no Brasil é exercida por meio do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) que congrega os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como as entidades privadas de defesa do consumidor.

A missão institucional do DPDC está diretamente relacionada com a coordenação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), cujas missões são a elaboração, implementação, coordenação, execução e avaliação da Política Nacional de Proteção ao Consumidor, com os seguintes objetivos (i) garantir um patamar mínimo de proteção e exercício dos direitos dos consumidores (ii) incentivar a integração dos diversos atores do SNDC. Do ponto de vista exógeno há também a missão de construir e articular com os demais órgãos da América Latina e de todo o mundo, políticas públicas que promovam o interesse e o direito dos consumidores brasileiros.

Nos termos do Regimento Interno da SDE, disposto na Portaria nº 961, de 16 de agosto de 2002, a SDE tem por finalidade exercer as competências estabelecidas nas Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; nº 8.884, de 11 de junho de 1994; nº 9.008, de 21 de março de 1995; nº 9.021, de 30 de março de 1995; n.º 10.149, de 21 de dezembro de 2000, e, especificamente:

I - formular, promover, supervisionar e coordenar a política nacional de proteção da ordem econômica, nas áreas de concorrência e defesa do consumidor;

II - adotar as medidas de sua competência necessárias a assegurar a livre concorrência, a livre iniciativa e a livre distribuição de bens e serviços;

III - orientar e coordenar ações com vistas à adoção de medidas de proteção e defesa da livre concorrência e dos consumidores;

IV - prevenir, apurar e reprimir as infrações contra a ordem econômica;

V - examinar os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços;

VI - acompanhar, permanentemente, as atividades e práticas comerciais de pessoas físicas ou jurídicas que detiverem posição dominante no mercado relevante de bens e serviços, para prevenir infrações da ordem econômica;

VII – orientar as atividades de planejamento, elaboração e execução da Política Nacional de Defesa do Consumidor;

VIII – promover, desenvolver, coordenar e supervisionar atividades de divulgação e de formação de consciência dos direitos do consumidor;

IX - promover as medidas necessárias para assegurar os direitos e interesses dos consumidores; e

X - firmar convênios com órgãos e entidades públicas e com instituições privadas para assegurar a execução de planos, programas e fiscalização do cumprimento das normas e medidas federais.

2.1.2) Objetivos estratégicos

O plano estratégico da SDE pode ser desdobrado em dois, seguindo os programas cuja implantação é responsabilidade da unidade: Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, executado pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica e o Programa de Defesa do Consumidor, executado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Em relação à defesa da concorrência, as estratégias traçadas para o período 2007-2010 compreendem:

(i) priorização do combate aos cartéis, com adoção de ações preventivas e reforço de medidas repressivas; e

(ii) agilização da instrução processual de atos de concentração e processos administrativos, com diminuição do estoque de processos a serem instruídos;

Os trabalhos do DPDC, por sua vez, são norteados, pelas seguintes diretrizes estratégicas:

(i) fortalecimento das ações estruturantes do SNDC;

(ii) articulação e fortalecimento dos Procons e entidades civis;

(iii) advocacia no âmbito federal da proteção do consumidor;

(iv) ações relacionadas à dimensão da defesa do consumidor como instrumento de garantia da segurança.

O CFDD tem como estratégia a divulgação do edital do programa contendo os temas prioritários para apoio financeiro no ano anterior ao conveniamento, de forma a permitir que um número maior possível de potenciais candidatos tenha condições de participar do processo seletivo.

O CFDD tem adotado ainda como diretriz o apoio a políticas governamentais de proteção aos direitos difusos, tendo criado uma divisão de projetos especiais, sem limitação prévia de recursos, para suporte de ações de órgãos do governo federal que se adequem às suas diretrizes.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

No âmbito da política de defesa da concorrência, entende-se que o principal objetivo estratégico do combate aos cartéis tem sido satisfatoriamente alcançado, tendo a SDE conseguido detectar e processar maior número de casos de cartéis a cada ano, bem como envolver maior número de parceiros institucionais, especialmente órgãos de persecução criminal, na repressão aos cartéis.

Ainda no âmbito dessa política, a SDE tem buscado manter a eficiência na análise de processos administrativos e atos de concentração, dando maior agilidade na instrução processual, como demonstram os indicadores do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência apresentados posteriormente.

No âmbito da política de defesa do consumidor, tem sido dado foco sobretudo às ações estruturantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, como a Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC e Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC.

A ENDC tem conseguido nos últimos anos ampliar o número de disciplinas de capacitação oferecidas a servidores de Procon's e de outros órgãos de defesa do consumo, bem como o número de alunos, com a oferta de cursos na modalidade EaD.

O SINDEC, por sua vez, tem se expandido para mais municípios, interligando no país consumidores de todas as regiões.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

As ações implementadas pelas subunidades da SDE são direcionadas para o alcance das metas estratégicas delineadas para o período da gestão. Em 2010, foi desenhada a seguinte linha de ação para o atingimento das metas acima aludidas.

Programa de Defesa da Concorrência:

(i) priorização no combate aos cartéis:

Realização do 2º encontro da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (Enacc): A Estratégia visa unir os esforços de diferentes órgãos do Estado no combate a cartéis. Na primeira edição da Enacc, procuradores, promotores de justiça, policiais, secretários estaduais de justiça, técnicos deste Departamento e outros agentes públicos reuniram-se no Ministério da Justiça, na semana do Dia Nacional de Combate a Cartéis, para discutir ações que possam otimizar a prevenção e repressão a esse crime. No 2º encontro, foi lançado, dentro do escopo do combate aos cartéis, o Programa Jogando Limpo, direcionado ao combate dos cartéis em licitações.

Lançamento do livro de bolso Legislação de Defesa da Concorrência

Lançamento do livro Anais do 1º Encontro ENACC

Publicação do folder informativos sobre combate a cartéis em licitações.

(ii) agilização da instrução processual de atos de concentração e processos administrativos:

- medidas específicas, como implementação de forças-tarefa para adoção de tratamento comum a processos referentes a infrações anticoncorrenciais adotadas em um mesmo Mercado;

- medidas genéricas, como instrução conjunta entre órgãos como competência complementar e concorrente.

Programa de Defesa do Consumidor:

(i) Ações Estruturantes:

São duas as ações estruturantes da política nacional de defesa do consumidor que estão sob a égide do DPDC: A ação de capacitação dos agentes de defesa do consumidor feita pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC, que foi criada em 2007 e se constituiu em uma ação orçamentária prevista no PPA e o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, por meio do qual são consolidadas as reclamações de consumidores de todos os órgãos que integram o sistema.

Em 2010, a ENDC manteve a realização de prestação de cursos e oficinas temáticas e itinerantes e deu início ainda a uma nova modalidade de capacitação por meio do ensino à distância – EaD.

O SINDEC, repetindo o feito em 2010, expandiu a utilização do sistema para mais entes federativos, dando ênfase aos órgãos municipais de defesa do consumidor, tendo celebrado convênios com órgãos estaduais de proteção do consumidor, para implementação em municípios sob cada jurisdição, do SINDEC, além de ter consolidado e publicado o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2010.

(ii) Articulação e Fortalecimento dos PROCON's e entidades civis:

Por meio das ações linha de atuação, o DPDC age como coordenador do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, articulando-se com órgãos de defesa de todo o país para traçar estratégias comuns a todos e adotar ações de âmbito nacional para a proteção dos consumidores.

Em 2010, foram realizados 2 congressos nacionais e também reuniões periódicas do SNDC, além do apoio a diversos outros eventos organizados ou apoiados pela SDE por órgãos do SNDC.

(iii) Advocacia do consumidor:

A frente de Advocacia do consumidor busca defender os interesses dos consumidores junto aos órgãos governamentais, procurando levar a agências reguladoras, por exemplo, o ponto de vista da proteção dos consumidores quando da elaboração de normativos ou da adoção de medidas governamentais.

(iv) Segurança do consumidor:

Essa linha de atuação compreende as ações de supervisão e controle do Mercado que visam garantir a segurança do consumidor, especialmente aquelas que buscam prevenir a ocorrência de acidentes de consumo.

Em 2010, como nos anos anteriores, destacaram-se as medidas de fiscalização sobre a existência de Organismos Geneticamente Modificados – OGM em alimentos, além da observação sobre o recalls de produtos defeituosos.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0695	Denominação: Programa de Defesa da Concorrência
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência	
Objetivos Específicos:	

- Contribuir para a harmonização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (CADE/MJ, SDE/MJ, SEAE/MF);
- Introduzir/conscientizar as entidades de defesa do consumidor e sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação;
- Introduzir a concorrência no marco regulatório nacional.
- Implementação de ações que visem o combate à formação de cartéis e outras práticas anticoncorrenciais,

Gerente: Diego Faleck Responsável: Ana Maria Melo Netto

Público Alvo: Consumidores, empresas com atuação no território nacional e agências regulatórias

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.8484.000	1.848.000	1.327.372			

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de carregamento	31/12	1,6	2,2	AC	AC
					<1,0	0,0
					PA	PA
					<6,0	5,8
					AP	AP
			<6,0	1,2		

Fórmula de Cálculo do Índice

A Taxa de Carregamento é calculada dividindo-se a quantidade de processos em estoque em 31/12 e a quantidade de casos ingressados no Departamento.

É calculada a Taxa de Carregamento para três tipos de processos distintos: Atos de Concentração (AC), Averiguações Preliminares (AP) e Processos Administrativos (PA)

Número de processos em estoque em 31.12 / número de processos encerrado no ano

Análise do Resultado Alcançado

O resultado alcançado está próximo do previsto, não sendo melhor devido às mudanças por que passaram a Secretaria, notadamente a rotatividade do pessoal.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Taxa de eficiência	Não há referência, pois são indicadores cumulativos	1,0	1,1	1,0	1,1

Fórmula de Cálculo do Índice

A Taxa de Eficiência é calculada dividindo-se a quantidade de processos encerrados pelo número de processos ingressados.

É calculada a Taxa de Eficiência para três tipos de processos distintos: Atos de Concentração (AC), Averiguações Preliminares (AP) e Processos Administrativos (PA)

Número de processos em estoque em 31.12 / número de processos encerrado no ano

Análise do Resultado Alcançado

Os indicadores observados superaram qualitativamente suas respectivas previsões.

O resultado alcançado está próximo do previsto, não sendo melhor devido às mudanças por que passaram a Secretaria, notadamente a rotatividade do pessoal.

Fonte: Gerencial da Secretaria

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0697		Denominação: Programa de Defesa do Consumidor				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral:						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Diego Faleck				Responsável: Ana Maria Melo Netto		
Público Alvo: Consumidores, empresas com atuação no território nacional e agências regulatórias						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
7.962.000	7.962.000	5.040.506	5.040.506	2.921.494	5.040.506	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de Procons Municipais Integrados ao SINDEC				156	32
Fórmula de Cálculo do Índice						
Apuração direta do número absoluto de Procons municipais integrados ao SINDEC no exercício.						
Análise do Resultado Alcançado						
A meta prevista inclui o acréscimo introduzido pelo Congresso Nacional por meio de emendas parlamentares que não guardaram a mesma proporção entre recursos financeiros e metas físicas.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de Processos Administrativos Concluídos					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Apuração direta do número absoluto de processos administrativos relativos à apuração de condutas concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor						
Análise do Resultado Alcançado						
Indicador de eficácia mostra nível satisfatório quanto à concretização das medidas esperadas, apesar do menor número de processos administrativos concluídos em relação ao índice previsto no exercício.						

Fonte: SINDEC

- Contingenciamento no exercício

Não houve contingenciamento substancial de recursos no exercício.

- Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo

O déficit de pessoal em relação ao volume de trabalho exigido e a alta rotatividade dos funcionários existentes acarretam a diminuição de instruções administrativas a serem realizadas em ambos os programas.

Quadro A.2.2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
--------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Código no PPA: 0697	Denominação: Programa Defesa Consumidor					
AÇÃO: 2322	Coordenação e Integração dos Órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor					
Tipo da Ação: Atividade						
Finalidade: Integrar os órgãos que compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, construir, harmonizar e disponibilizar instrumentos técnicos e tecnológicos. Desenvolver e aprimorar constantemente o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC para prover informações que possibilitem aos consumidores, o exercício da escolha, e aos órgãos de defesa do consumidor e entidades de fornecedores, subsídios para a formulação de políticas públicas e necessárias intervenções, através da instituição de indicadores para a sociedade, de forma a estabelecer parâmetros para a intervenção no mercado de consumo. Aumentar a transparência das relações de consumo e estabelecer mecanismos de controle social.						
Descrição: Desenvolvimento permanente de atividades de articulação entre os órgãos que compõe o SNDC, promoção de reuniões técnicas, capacitação e treinamento. Realização de atividades de diagnóstico, planejamento, gestão e implementação de instrumentos e indicadores para políticas públicas na área de defesa do consumo. Contratação de consultoria e serviços especializados. Aquisição e disponibilização de equipamentos, programas e licenças entre outros necessários ao processo e estruturação dos parceiros. Modernização de infra-estrutura, física e tecnológica, serviços de comunicação.						
Unidade responsável pelas decisões						
Estratégicas : Ministério da Justiça						
Coordenador nacional da ação: Francisco Rogério Lima da Silva						
Gerente: Ricardo Morishita			Responsável: Francisco Rogério Lima da Silva			
Unidades executoras Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.927.000	2.927.000	1.691.117	1.056.122	-	1.056.122	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Procon Municipal Integrado ao SINDEC	31/12/2006	22	100	75	122
Análise do Resultado Alcançado: No seu atual estágio de gestão, o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor já conta com um modelo ágil de integração de novos municípios. Procons bem estruturados, que possuem equipes (independentemente do tamanho) dedicadas a municipalizar o Sistema, estão conseguindo bons resultados na sua estratégia de ampliação da base de Procons municipais integrados. Esse é o caso de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Outros estados, como Espírito Santo, Bahia, São Paulo, etc., assinaram convênios específicos cujos resultados certamente aparecerão em 2011. De todo o modo, o ritmo de municipalização do Sistema em 2010, devido à maturidade da gestão nacional, superou a previsão inicial, sobretudo alavancado pelo estado de Minas Gerais. Se a Coordenação Geral do Sindec, do DPDC, não tivesse enfrentado problemas com o aporte de recursos de TI, os						

resultados teriam sido ainda mais expressivos.

Principais problemas: Um problema importante que a gestão da Ação vem enfrentando há algum tempo é com o fornecimento de recursos de TI, sobretudo de mão de obra. Houve há cerca de dois anos, no Ministério da Justiça, uma mudança de modelo de fornecimento de serviços, que, a despeito de poder contemplar os demais sistemas do Ministério, certamente não atende de forma plena o Sindec, que é um Sistema que conta, na sua gestão, com mais de 140 parceiros estaduais e municipais autônomos e independentes, tem cerca de 4500 usuários logados em tempo comercial integral em mais de 160 cidades brasileiras e é usado diretamente para atender a uma média de 4000 cidadãos todos os dias. Trata-se de um Sistema de atendimento direto ao cidadão que, se tiver o seu funcionamento interrompido, cessará imediatamente o atendimento desses cidadãos. Ademais, todos os serviços do Sindec envolvem intensivamente o uso de recursos de TI, tendência essa que foi incentivada quando do início do planejamento dessa política pública e que hoje é de difícil reversão, sobretudo por tratar-se de uma tendência, no que diz respeito à prestação de serviços pelo Estado à sociedade. Dessa forma, instabilidades no fornecimento de recursos e serviços de TI comprometem também a gestão da política pública. Todavia, deve ser destacado que todas as áreas do Ministério da Justiça, incluindo os tomadores de decisão em todas essas áreas, estão envolvidas na busca e implementação de uma forma de gestão de recursos de TI que atendam plenamente à necessidade da política pública concretizada pelo Sindec. Toda a alta administração do Ministério da Justiça (o que inclui o próprio Ministro de Estado da Justiça) demonstra absoluto comprometimento com a continuidade do Sindec, de modo que essa postura dá a estabilidade necessária para a continuidade da gestão, para que mantenhamos os compromissos com os nossos parceiros nos estados e municípios e sinaliza que as devidas adaptações no modelo de fornecimento de serviços de TI serão implementadas de forma satisfatória.

Quadro A.2.3- Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA:– 0697	Denominação: Programa de Defesa Consumidor
AÇÃO: 2640	Distribuição e Veiculação de Material Educativo e Informativo e Relacionado aos Direitos do Consumidor
Tipo da Ação: Atividade	
Finalidade Conscientizar consumidores, fornecedores, dirigentes públicos e a comunidade em geral sobre seus direitos e obrigações face ao Código de Defesa do Consumidor.	
Descrição: Elaboração, produção, veiculação e distribuição de material educativo sobre direitos, garantias e obrigações do consumidor e do fornecedor.	
Unidade responsável pelas decisões	
Estratégicas : Ministério da Justiça	
Coordenador nacional da ação Patricia Galdino de Faria Barros	
Gerente: Ricardo Morishita	Responsável: Francisco Rogério Lima da Silva
Unidades executoras Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor	
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	
Em R\$ 1,00	

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
350.000,00	350.000,00	195.728,00	195.728,00	-	195.728,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Matérias produzidos e distribuídos	Março de 2010	unidade	unidade	550.000	309.621
Essa ação conta com um indicador de desempenho que mede a eficácia das ações implementadas, isto é, se as medidas planejadas inicialmente foram de fato concretizadas. Esse indicador se identifica com a meta física da ação, que é de 550.000 exemplares de material distribuído.						
Análise do Resultado Alcançado: As publicações foram de uma excelente qualidade técnica.						
Principais problemas: Em 2010 houve o período de defeso, o que impediu a produção e distribuição de um número maior de publicações, ou seja, de atingir a meta.						

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0697	Denominação: Programa de Defesa Consumidor
AÇÃO: 2334	Proteção dos Interesses e Direitos dos Consumidores
Tipo da Ação: Atividade	
Finalidade: Promover a proteção e a defesa dos interesses do consumidor perante agentes cujas decisões afetam relações de consumo, por meio de instrução ou de conclusão de processos administrativos em tramite junto ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e por meio da realização de atividades que visem à discussão e à disseminação de questões relacionadas à defesa do consumidor.	
Descrição: Promoção de consultas, audiências públicas e reuniões especializadas, inclusive junto às agências reguladoras, órgãos da administração direta, indireta e fundacional, dentre outros; contratação de especialistas nas áreas objeto de consultas; efetivação de defesa jurídica quando se fizer necessária aos interesses do consumidor; solicitação de concurso e contratação de instituições e profissionais com notória especialização técnico-científica para elaboração de estudos, pesquisas e análises de produtos e serviços; contratação de consultorias especializadas para elaboração de pareceres sobre assuntos relacionados com direitos do consumidor; pagamento de diárias e passagens a técnicos e dirigentes da SDE para participação em audiências, eventos e reuniões, bem como a promoção de reuniões e atividades que promovam a discussão, a divulgação e a defesa de questões relacionadas à proteção do consumidor; realização de outras atividades que concorram direta ou indiretamente para a promoção dos interesses e direitos do consumidor.	
Unidade responsável pelas decisões	
Estratégicas: Ministério da Justiça	
Coordenador nacional da ação Patricia Galdino de Faria Barros	
Gerente: Ricardo Morishita	Responsável: Francisco Rogério Lima da Silva
Unidades executoras Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor	
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	
Em R\$	

					1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.490.000,00	2.490.000,00	2.061.754,00	847.944,00	1.221.310,00	840.444,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de processos administrativos concluídos	Janeiro de 2010	unidade	unidade	290	325
<p>Fórmula de Cálculo do Índice: As receitas da ação são em geral todas disponíveis no princípio do ano. Quanto às despesas, as mesmas variaram de acordo com a realização das ações de articulação dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, como congressos e reuniões técnicas, as transferências referentes aos convênios firmados no âmbito dessa ação, bem como os deslocamentos rotineiros de servidores para tratarem de questões locais e internacionais relacionadas à defesa do consumidor e ao elevado número de atores que compõem o SNDC.</p> <p>Análise do Resultado Alcançado: O DPDC considera satisfatório o percentual das metas atingidas no âmbito dessa ação, tendo executado um amplo leque de medidas que abrangem desde monitoramento de mercados específicos, a articulação política com órgãos do SNDC até o cumprimento de agenda internacional.</p> <p>Principais problemas: Não ocorreram</p>						

Identificação do Programa de Governo	
PROGRAMA 1453	PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI
Tipo de programa	Apoio às políticas públicas e áreas específicas em segurança pública
Objetivo geral : Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.	
Objetivos Específicos: 1. Melhorar o sistema de segurança pública e prisional, bem como a valorização dos seus profissionais; 2. Ressocializar as pessoas com penas restritivas de liberdade e egressos por meio da implementação de projetos educativos e profissionalizantes; 3. Garantir acesso aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade às políticas sociais governamentais em territórios de descoesão social; 4. Garantir o acesso à justiça para a população dos territórios de descoesão social; 5. Intensificar e ampliar as medidas de enfrentamento ao crime organizado e a corrupção policial; 6. Garantir, por meio de medidas de urbanização, a recuperação de equipamentos públicos, criando ‘espaços públicos seguros’	
Gerente do Programa: Ronaldo Teixeira da Silva	
Gerente Executivo: Valdeci Barella	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Patricia Galdino de Faria Barros, no que diz respeito às sub-ações: n.51/PI 3006F – Canal Comunidade; n. 52/PI 3006G – Monitoramento Cidadão; n. 53/PI 3006H – Geração Consciente, relacionadas à Ação n. 8857 – Apoio à implementação de Políticas de Segurança Cidadã.	

-					-	
-						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
-						
-						
<p>Análise do Resultado Alcançado: Os principais resultados ocorridos no ano de 2010 foi o conveniamento dos Estados do Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Fortaleza no âmbito das sub-ações executadas pelo DPDC.</p> <p>Principais problemas: O principal problema verificado em 2010 para a implementação dessa ação pelo DPDC foi a dificuldade dos potenciais parceiros estaduais e municipais em utilizarem o Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV e o atraso no repasse dos recursos para os Estados.</p>						

OBSERVAÇÃO: informações no Relatório da PRONASCI

Quadro A.2.4- Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA:– 0697	Denominação: Programa de Defesa Consumidor
AÇÃO:2542	Escola Nacional de Defesa do Consumidor
Tipo da Ação: Atividade	
<p>Finalidade Promover capacitação, treinamento e atualização dos integrantes do SNDC, bem como lideranças da sociedade, entidade de fornecedores e demais atores, para proteção e defesa do consumidor. Combater a descontinuidade na formação e treinamento de técnicos de defesa do consumidor dos órgãos públicos e das entidades civis, ampliando sua média de formação e especialização. Capacitar e formar integralmente multiplicadores jovens, nas áreas de risco, para o exercício dos seus direitos, manutenção da sua integridade e sentimento de pertencimento.</p>	
<p>Descrição: Realização de cursos, seminários, oficinas, palestras, encontros e conferências; identificação de conteúdos a serem desenvolvidos; contratação de instituições, professores e consultores especializados; realização de pesquisas, elaboração de indicadores; elaboração e confecção de material didático, dentre outras atividades necessárias à especialização dos treinandos. Diagnósticos, análises e estudos locais para identificação das lideranças, inclusive mediante apoio a atividades culturais. Criação e atualização de cadastros de multiplicadores.</p>	
Unidade responsável pelas decisões	
Estratégicas : Ministério da Justiça	
Coordenador nacional da ação: Laura Schertel Ferreira Mendes	

Gerente: Ricardo Morishita				Responsável: Francisco Rogério Lima da Silva		
Unidades executoras Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.195.000,00	2.195.000,00	1.091.909,00	436.646,00	655.263,00	436.646,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa Capacitada	Janeiro de 2010	unidade	unidade	6.804	3.172
Essa ação conta com um indicador de desempenho que mede a eficácia das ações implementadas, isto é, se as medidas planejadas inicialmente foram de fato concretizadas. Esse indicador se identifica com a meta física da ação, que é de 6804 pessoas capacitadas.						
Análise do Resultado Alcançado: Foram capacitadas quase 50% da meta de pessoas inicialmente estipulada.						
Principais problemas: O índice de pessoas capacitadas não pôde ser mais elevado devido à dificuldade de adesão de tutores aos cursos virtuais (Ensino a Distância), eis que até o ano de 2010 não havia previsão de pagamento para essa atividade, contando-se com atuação de voluntários. Outra situação que se demonstrou como problema para obtenção de resultados mais elevados foi o período eleitoral ocorrido no segundo semestre de 2010, o que gerou uma procura aos cursos da ENDC, tanto virtuais como presenciais, em níveis menores que os habituais.						

Fonte: SIGPLAN

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	128	0695	2548		4	Pessoa Capacitada	107	48	150
14	422	0695	2554		4	Medida Implementada	60	93	60
14	422	0695	2806		4	Instrução Realizada	550	809	680
14	422	0697	2322		3	Implementação Realizada	156	32	20
14	422	0697	2334		3	Consumidor Atendido	885	252	290
14	128	0697	2542		4	Pessoa Capacitada	6.804	3.185	8.000
14	422	0697	2640		3	Material Divulgado	550.000	303.520	350.000

Fonte: Controle da SDE

- Cumprimento das metas físicas

Considera-se que, em termos gerais, as metas físicas estabelecidas foram alcançadas, ressaltando-se o fato de que a meta física de algumas ações do Programa de Defesa do Consumidor foram majoradas no Congresso Nacional quando da inclusão de emendas parlamentares. Essa majoração não observou a proporção entre recursos financeiros e metas físicas anteriormente existente.

- Ações que apresentaram problemas de execução

As ações cuja execução física manteve-se abaixo do previsto foram a 2548 do Programa 0695 e 2640 do Programa 0697. No primeiro caso, em razão da priorização no atingimento de metas de outras ações. No segundo, em razão da vedação de distribuição de material informativo durante o período eleitoral.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

- Ações prioritárias na LDO

As ações do Programa de Defesa do Consumidor 2322, 2334 e 2640 encontram-se elencadas na LDO como prioritárias.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Secretaria de Direito Econômico	30101	200400
Fundo de Direitos Difusos	30101	200401

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	0,00	0,00	0,00	0,00	5.243.000,00	5.231.000,00	
	PLoa	0,00	0,00	0,00	0,00	5.255.000,00	5.272.128,00	
	LOA	0,00	0,00	0,00	0,00	7.529.989,00	8.772.128,00	
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	150.000,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00	3.208.471,00	150.000,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		1.055.000,00	769.000	0,00	0,00	0,00	0,00
	PLOA		845.000,00	769.000	0,00	0,00	0,00	0,00
	LOA		955.000,00	1.769.000	0,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		5.243.000,00	5.231.000,00	1.140.000,00	769.000,00	0,00	0,00
	PLOA		5.255.000,00	5.272.128,00	1.140.000,00	769.000,00	0,00	0,00
	LOA		7.529.989,00	8.772.128,00	2.130.000,00	769.000,00	4.827.742,00	1.667.306
CRÉDITOS	Suplementares		1.000.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Extraordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		3.208.471,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

As dotações propostas foram adequadas para a execução das metas da unidade, tendo sido suficientes para execução das atividades da Secretaria.

Em 2010, o montante de créditos cancelados nos Programas orçamentários de responsabilidade da SDE foi substancialmente menor, decorrente da elevada execução de nossas metas financeiras no decorrer do exercício.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

As alterações mais relevantes deram-se na alocação de emendas parlamentares da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor no Programa de Defesa do Consumidor.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	3.795.007,21		0,00	0,00	3.795.007,21
	Recebidos	10.147.965,39		0,00	0,00	10.147.965,39
Movimentação Externa	Concedidos	265.000,00		0,00	0,00	265.000,00
	Recebidos	0,00		0,00	0,00	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	416.945,31		416.945,31	0,00	0,00
	Recebidos	0,00		0,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	0,00		0,00	0,00	0,00
	Recebidos	0,00		0,00	0,00	0,00

Fonte:

- justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão

Parte substancial recursos orçamentários recebidos internamente pela SDE são decorrentes da implementação descentralizada do Programa de Segurança Pública com Cidadania.

Outra fonte de recurso recebido pela SDE foi o próprio FDD, unidade agregada da SDE.

Parte substancial dos recursos concedidos teve como destino a unidade de logística do MJ para

aquisição e contratação de bens e serviços.

Além dessa destinação, outros recursos foram dirigidos a órgãos do governo federal da SDE como IPEA, UFRGS, ANVISA, para execução de projetos comuns.

- análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício

Os recursos recebidos pela SDE no âmbito do PRONASCI representam volume significativo do conjunto de recursos geridos pela SDE.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	3.142.399,37	3.588.188,01	2.219.789,67	1.879.626,01
Convite	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período
Tomada de Preços	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período
Concorrência	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período
Pregão	3.142.399,37	3.588.188,01	2.219.789,67	1.879.626,01
Concurso	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período
Consulta	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período
Registro de Preços	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período
Contratações Diretas	571.645,69	532.120,58	550.351,55	369.812,49
Dispensa	103.402,80	400.528,76	94.785,90	284.989,08
Inexigibilidade	468.242,89	131.591,82	455.565,65	84.823,41
Regime de Execução Especial	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período	Não ocorreram no período
Suprimento de Fundos	41.000,00	600,00	3.390,78	401,20
Pagamento de Pessoal	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
Pagamento em Folha(*)	não se aplica	não se aplica	4.172.245,32	4.549.872,84
Diárias	495.326,93	876.052,55	495.326,93	876.052,55
Outros*	26.602,94	217.595,99	18.601,09	217.595,99

Fonte: Sistema de Administração Financeira Federal - SIAFI

(*)Valor pago referente à força de trabalho alocada na Secretaria de Direito Econômico. Entretanto, a despesa é executada pela Secretaria Executiva com os recursos orçamentários daquela Secretaria para o custeio de toda a folha de pessoal do MJ, inclusive dos servidores da SDE.

2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	□	□	□	□	□	□	□	□

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	Não se aplica à natureza jurídica da UJ							
2 – Juros e Encargos da Dívida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	Não se aplica à natureza jurídica da UJ							
3 – Outras Despesas Correntes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	Não se aplica à natureza jurídica da UJ							

Fonte:

2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	683.732,82	3.346.669,10	472.052,82		211.680,00	305.011,31	470.017,52	3.041.657,79
1º elemento de despesa	443041 468.463,33	443041 3.346.669,10	443041 333963,33	443041 3.041.657,79	443041 134.500,00	443041 1 305.011,31	443041 333.963,33	443041 3.041.657,79
2º elemento de despesa	449052 215.269,49	0,00	449052 138.089,49	0,00	449052 77.180,00	0,00	449052 136.054,19	0,00
3º elemento de despesa	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00
Demais elementos do grupo	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00
5 – Inversões Financeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1º elemento de despesa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1º elemento de despesa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

grupo	
-------	--

Fonte: PRONASCI

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Não ocorreram alterações significativas no exercício

- Contingenciamento no exercício

Não ocorreu contingenciamento com impacto substantivo no exercício

- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária

Adesão de PROCON's a Municipalização do SINDEC e celebração de acordo com a UNESCO ajudaram na execução orçamentária

- Outras questões relevantes

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	Não ocorreu no período			
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	Não ocorreu no período			
Outras				

Fonte:

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	□	□	□	□	□	□	□	□
1º elemento de despesa	Não aplicável							

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	Não aplicável							
3- Outras Despesas Correntes	3.673.40 2,43	0,00	3.118.34 2,65	0,00	555.059, 78	0,00	3.118.34 2,65	0,00
1º elemento de despesa	3.553.55 4,43	0,00	2.998.49 4,65	0,00	555.059, 78	0,00	2.998.49 4,65	0,00
2º elemento de despesa	119.848, 00	0,00	119.848, 00	0,00	Não ocorreu no período	0,00	119.848, 00	0,00
3º elemento de despesa	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00
Demais elementos do grupo	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00

Fonte: Siafi

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	964.831, 94	0,00	745.519, 55	0,00	219.312, 39	0,00	745.519, 55	0,00
1º elemento de despesa	964.831, 94	0,00	745.519, 55	0,00	219.312, 39	0,00	745.519, 55	0,00
2º elemento de despesa	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00
3º elemento de despesa	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00
Demais elementos do grupo	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00	Não ocorreu no período	0,00
5 - Inversões Financeiras	<input type="checkbox"/>	0,00	<input type="checkbox"/>	0,00	<input type="checkbox"/>	0,00	<input type="checkbox"/>	0,00
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	Não se aplica à natureza jurídica da UJ							
6 - Amortização da Dívida	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>					
1º elemento de despesa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Não ocorreram alterações significativas no exercício

- Contingenciamento no exercício

Não ocorreu contingenciamento com impacto substantivo no exercício

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

- Outras questões relevantes

2.4.3) Indicadores Institucionais

- Indicadores Institucionais desenvolvidos pela UJ

A SDE desenvolveu no âmbito do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência dois indicadores: Taxa de Carregamento e Taxa de Eficiência.

No âmbito do Programa de Defesa do Consumidor, os indicadores utilizados são: Adesão de PROCON's ao SINDEC e Número de Processos Concluídos.

- Utilidade

A Taxa de Carregamento é utilizada para verificar a quantidade de processos em estoque no final do exercício em relação ao número de processos que ingressam no exercício seguinte. Visa mensurar o tamanho do passivo em relação aos ingressos anuais de novas demandas, medindo dessa forma o tamanho do passivo em relação ao volume anual de novas demandas. Quanto maior esse índice, pior é a situação.

A Taxa de Eficiência é utilizada para mensurar a saída de processos analisados em relação ao número de processos ingressos no mesmo exercício.

A adesão ao SINDEC é útil para quantificar a abrangência dos dados cadastrados e da sua representatividade no contexto de todas as reclamações de consumidores.

- Mensurabilidade

Os indicadores utilizados são de fácil mensuração. São todos obtidos a partir de dados primários gerados no âmbito da própria unidade.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação

-	-				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
-	-	-	-	-	-
Razões e Justificativas:					

Fonte: Não ocorreu no período

3.2) Análise Crítica

Não ocorreu

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
2008	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	9.285,80	8557,8	728,00	0,00
2008	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
2010	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: Siafi

4.2) Análise Crítica

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ Realizada de acordo com a disponibilidade financeira.

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores Não ocorreram.

- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro Não ocorreram.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto Não ocorreram.

- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP
A UG liquidou os ativos inscritos em RP evitando acúmulo por dois exercícios consecutivos.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	33	44	17	6
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	33	33	17	6
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	28	28	16	6
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	4	4	1	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	11	-	-
1.4.1 Cedidos	-	4	-	-
1.4.2 Removidos	-	7	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	62	62	23	30
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	55	55	21	29
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	5	5	-	5
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	16	16	2	2
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	4	4	-	-
2.2.4 Sem vínculo	30	30	19	22
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	7	7	2	1
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	6	6	2	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	-	1
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	95	106	40	36

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

1) Lotação Autorizada:

a) Servidor de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): as vagas de cargo efetivo vinculadas ao Quadro de Pessoal do MJ não foram previamente distribuídas em face da necessidade de avaliar o perfil do servidor ingressante versus a necessidade de cada Unidade Administrativa. Cabe ressaltar que o concurso público em andamento visa o provimento de 450 (quatrocentos e cinquenta) cargos efetivos para o Ministério, em substituição a 500 (quinhentos) trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, consideradas impróprias.

b) Demais situações: a requisição, o exercício descentralizado, a remoção e a cessão de servidores são realizadas de acordo com a legislação pertinente. Já a nomeação e designação de servidores para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada, respectivamente, são realizadas de acordo com o interesse da Administração, observando o número de cargos em

comissão e funções gratificadas definido, por meio de Estrutura Regimental, para a unidade.

c) Servidores cedidos (item 1.4.1) e removidos (item 1.4.2): os servidores cedidos e removidos não fazem parte, em 31 de dezembro de 2010, da lotação autorizada da Secretaria, razão pela qual não foram computados neste item. Cabe ressaltar que, após a efetivação do ato de cessão/requisição, na forma dos normativos vigentes, a lotação dos servidores passa automaticamente para a CGRH. Findo o afastamento, a unidade de recursos humanos providencia a realocação do servidor, observando a necessidade de força de trabalho em determinada unidade versus perfil profissional.

2) Lotação Efetiva:

a) Servidor de carreira (item 1.2): foram considerados os servidores do Quadro de Pessoal do MJ, inclusive àqueles que exercem Função Comissionada Técnica – FCT, na SDE.

b) Servidor requisitado de outros órgãos e esferas (item 1.2.4): foi considerado 1 (um) empregado anistiado em exercício na SDE, por inexistir campo específico para incluir tal situação.

c) Servidores cedidos (item 1.4.1) e removidos (item 1.4.2): foram computadas as pessoas que saíram da SDE, por meio de cessão e remoção, no exercício de 2010.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	9	6	14	12	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	6	5	10	9	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	3	1	4	3	-
2.Provimento de cargo em comissão	31	22	8	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	26	21	7	1	-
2.3. Funções gratificadas	5	1	1	-	-

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

De acordo com o perfil etário dos servidores alocados na SDE, observa-se que a distribuição de pessoal encontra-se equilibrada: 38%, 26%, 21%, 12% e 3% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente. Tal fato deve-se, principalmente, à entrada de novos servidores concursados na Secretaria, em substituição aos trabalhadores terceirizados de serviços que executavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, consideradas impróprias.

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	22	15	6	1	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	18	10	4	1	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	4	5	2	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	9	41	7	4	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	9	35	6	4	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	6	1	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

De acordo com o quadro acima, 53%, 12%, 5% e 0,9% dos servidores da SDE possuem, respectivamente, “ensino superior”, “especialização ou pós-graduação”, “mestrado” e “doutorado”.

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A Secretaria de Direito Econômico não administra aposentadoria de servidores públicos civis, ficando esse papel a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

No ano de 2010, não houve aposentadoria de servidor lotado na SDE.

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	-	-
2. Proporcional	-	-

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A Secretaria de Direito Econômico não administra pensões civis de ex-servidores, ficando esse papel a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

No ano de 2010, não houve instituição de pensão de servidor lotado na SDE.

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	9	12	12	11	56.844,52
□ Área Fim	8	11	11	10	50.604,52
□ Área Meio	1	1	1	1	6.240,00
Nível Médio	9	12	12	10	38.275,19
□ Área Fim	-	-	-	-	-
□ Área Meio	9	12	12	10	38.275,19

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Os estagiários alocados na SDE são administrados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	254.277,54	234.304,59	573.380,66	25.396,17	-	-	32.453,06	1.119.812,02
2009	449.675,36	219.282,23	388.067,68	27.386,93	-	-	28.958,25	1.113.370,45
2010	601.356,06	219.488,17	527.382,91	24.463,83	-	20.074,00	38.092,44	1.430.857,41
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	173.985,51	2.300.586,30	474.437,10	64.452,40	21.847,29	1.260,00	47.425,13	3.083.993,73
2009	254.100,92	2.280.582,81	374.392,27	70.234,91	12.894,55	1.530,00	69.920,15	3.063.655,61
2010	217.634,94	2.211.810,67	355.830,51	91.435,12	-	9.386,00	114.927,32	3.001.024,56
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	29.624,01	11.711,96	82.575,92	3.849,76	-	-	1.157,17	128.918,82
2009	67.966,07	20.007,76	58.167,83	3.776,57	-	-	860,80	150.779,03
2010	51.627,43	8.062,31	54.155,75	2.317,33	-	1.658,00	170,05	117.990,87

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A respeito do quadro acima, ressalte-se que o aumento considerável das parcelas “Vencimentos e Vantagens Fixas”, “Retribuições”, “Gratificações” e “Adicionais”, referente à tipologia “Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão”, no ano de 2010, em relação aos anos anteriores, deve-se à entrada de novos servidores concursados na Secretaria.

Já com relação à parcela “indenizações”, os valores são flutuantes, uma vez que foram computados eventos esporádicos, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.

Quanto à parcela “Benefícios Assistenciais e Previdenciários” foram considerados os valores pagos a título de abono de permanência (devido ao servidor de cargo efetivo no momento que preenche os requisitos para aposentadoria, mas opta por continuar em atividade) e de per capita patronal para custeio da saúde suplementar (processada na folha de pagamento, a partir de fevereiro de 2010).

No que se refere à parcela “Demais despesas variáveis”, foram consideradas todas as outras rubricas que não se enquadram nas demais situações, como por exemplo: pagamentos da vantagem administrativa 3,17% aos servidores efetivos (efetuado até o mês de agosto de 2009) e de férias indenizadas, dentre outras.

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva a cargo da CGL.

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Geral de Logística/SPOA/SE													
UG/Gestão: 200005							CNPJ: 00.394.494/0013-70						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	001*	01.608.306/00 01-33	02/01/07	01/01/12	0	0	0	0	0	0	P
2007	V	O	348*	04.559.666/00 01-35	01/01/08	31/12/11	0	0	0	0	0	0	P
Observação: A cargo da CGL/MJ													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Contratos/COEFIN/CGL/SPOA/SE - Processo nº 08008.002493/2006-58 – Contrato 001/2007
 Servege e Processo nº 08008.000069/2007-50 – Contrato 348/2007 Patrimonial.

- As informações dos quantitativos de prestadores deste quadro constam no item A.5.8 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, haja vista que os contratos de prestação de limpeza e higiene e vigilância foram celebrados pela Coordenação Geral de Logística(Unidade Contratante) daquela Secretaria para atenderem todas as unidades administrativas do Ministério da Justiça (SE, SDE, SENASP, GM, SRJ, SDE, SAL e DEPEN).

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Geral de Logística/SPOA/SE														
UG/Gestão: 200005							CNPJ: 00.394.494/0013-70							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2006	1	E	115	03.059.584/0001-69	24/08/06	23/08/11	0	0	23	20	1	1	P	
2005	2	E	014	04.823.459/0001-46	14/02/05	13/02/11	-	-	-	-	-	-	P	
2009	3	O	067	02.843.359/0001-56	23/06/09	22/06/11	-	-	-	-	-	-	P	
2007	5	O	351	03.073.654/0001-33	01/01/08	27/02/11	-	-	-	-	-	-	P	
2007	7	O	300	72.620.735/0001-29	22/11/07	21/11/11	-	-	-	-	-	-	P	
2009	7	O	38	04.963.136/0001-58	15/05/2009	14/05/2011	0	0	79	70	23	23	P	
2009	7	O	47	04.321.986/0001-52	18/05/2009	17/05/2011	0	0	0	7	26	29	P	
2009	7	O	19	32.121.162/0001-74	01/04/2009	31/03/2011	0	0	-	2	-	50	P	
2010	7	O	35	07.432.517/0003-60	14/04/2010	13/04/2011	18	18	0	0	0	-	A	

Observação:

- Os contratos relacionados acima não prevêem locação de mão-de-obra, e sim, prestação de serviços especializados em TI para as Unidades do MJ;
- Contrato 47/2009; o serviço contratado foi a disponibilidade da infraestrutura de rede. Assim, a Administração exigiu perfis mínimos, todavia é possível que a empresa contrate mais funcionários a fim de atender aos níveis de serviço.
- Contrato 19/2009: os serviços contratados foram os de desenvolvimento de sistemas de informação, manutenção corretiva, adaptativa, evolutiva ou perfectiva de sistemas de informação e portais; e documentação de sistemas de informação, mediante ordens de serviço dimensionados pela técnica de contagem de Pontos por Função. Sendo assim, não há como quantificar prestadores, uma vez que fica sob a responsabilidade da Contratada manter equipe de forma a garantir os níveis de serviço exigidos pela Contratante.
- Contrato 35/2010 não prevê perfil mínimo de escolaridade, somente define necessidade de que haja operador de equipamento de reprografia.

LEGENDA

Área:

- Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- Serviços de Copa e Cozinha;
- Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- Serviços de Brigada de Incêndio;
- Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
- Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Contratos/COEFIN/CGL/SPOA/SE/MJ- Processo nº 08008.002843/2005-03 – Contrato 115/2006 – Fortesul; Processo nº 08008.000511/2004-03 – Contrato 14/2005 Engerede; Processo nº 08008.000398/2009-62 – Contrato 67/2009 Planalto; Processo nº 08008.000069/2007-50 – Contrato 351/2007 ZP e Processo nº 08008.000037/2007-54 – Contrato 300/2007 Ágil; e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/SPOA/SE – Processo nº

OBSERVAÇÕES:

a) Contrato nº 115/2006: a questão tratada pelo Acórdão TCU nº 1.520/2006-Plenário, de substituição de terceirizados na Administração Pública Federal, sofreu empecilho em virtude do não atendimento a convocações e vacância de cargos anteriormente providos, não sendo possível o provimento dos 450 (quatrocentos e cinquenta) cargos autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 31/2009, para substituição de terceirizados em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho.

b) O contrato nº 115/2006 foi celebrado pela Coordenação Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva para atender a necessidade de todas as unidades administrativas do Ministério da Justiça. Dessa forma, a quantidade de funcionários foi disposta por unidade jurisdicionada a ser considerada: Gabinete do Ministro-GM, Secretaria de Direito Econômico -SDE, Secretaria Executiva – SE, Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ, Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, conforme tabelas A.5.9 do seus respectivos relatórios de gestão.

c) Para os contratos nºs 014/2005, 067/2009, 351/2007 e 300/2007 existe a impossibilidade de quantificá-los por unidade administrativa, uma vez que a gestão de tais contratos é realizada pela Coordenação-Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e a alocação de mão de obra é feita por andar dos prédios ocupados pelo Ministério, os quais agrupam várias Secretarias e Unidades Administrativas. Portanto, os dados desses contratos referentes às Unidades Jurisdicionadas SENASP, SDE, SNJ, SRJ, GM, DEPEN foram incluídos no quadro do A.5.9 do relatório de gestão da Secretaria Executiva.

d) Os Contratos nº 38/2009, nº 47/2009; nº 19/2009 e nº 35/2010 não prevêm locação de mão-de-obra, e sim, prestação de serviços especializados em TI para todas as Unidades Jurisdicionadas do Ministério da Justiça: SE, SENASP, SDE, SRJ, SNJ, GM, DEPEN. Os dados quantitativos relativos a essas Unidades foram incluídos no quadro A.5.9 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
115/2006	1	21	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
014/2005	2	-	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
67/2009	3	-	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
-	4	-	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
351/2007	5	-	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
-	6	-	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
001/2007	7	-	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
348/2007	8	-	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
300/2007	9	-	SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
38/2009	9	93	SECRETARIA EXECUTIVA
47/2009	9	36	SECRETARIA EXECUTIVA
19/2009	9	52	SECRETARIA EXECUTIVA

35/2010	9	19	SECRETARIA EXECUTIVA
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;		
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;		
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;		
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;		
	9. Outras.		

Fonte: Divisão de Contratos/COEFIN/CGL/SPOA/SE/MJ- Processo nº 08008.002843/2005-03 – Contrato 115/2006 – Fortesul; Processo nº 08008.000511/2004-03 – Contrato 14/2005 Engerede; Processo nº 08008.000398/2009-62 – Contrato 67/2009 Planalto; Processo nº 08008.000069/2007-50 – Contrato 351/2007 ZP e Processo nº 08008.000037/2007-54 – Contrato 300/2007 Ágil; e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/SPOA/SE – Processo nº 08006.000119/2009-81- Processo nº 08006.000012/2009-32- Processo nº 08006.000494/2007-69 – Processo nº 08008.000009/2010-32.

OBSERVAÇÕES:

Quantos aos contratos acima referenciados, os dados de distribuição do pessoal contratado para a Secretaria de Assuntos Legislativos/MJ, para a Secretaria de Direitos Humanos/PR e para a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial/PR foram incluídos nas informações acima prestadas.

a) O Contrato nº 115/2006 foi celebrado pela Coordenação Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva para atender a necessidade de todas as unidades administrativas do Ministério da Justiça. Dessa forma, a quantidade de funcionários foi disposta por unidade jurisdicionada a ser considerada: Gabinete do Ministro-GM, Secretaria de Direito Econômico -SDE, Secretaria Executiva – SE, Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ, Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, conforme tabelas A.5.9 do seus respectivos Relatórios de Gestão.

b) Quanto aos contratos nºs 014/2005, 067/2009, 351/2007, 001/2007, 348/2007, 300/2007 as informações pertinentes às Unidades Jurisdicionadas SENASP, SDE, SNJ, SRJ, GM, DEPEN foram incluídos no quadro A.5.10 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva dentro da Unidade Administrativa Secretaria Executiva.

c) Os Contratos nº 38/2009, nº 47/2009; nº 19/2009 e nº 35/2010 as informações pertinentes às Unidades Jurisdicionadas SENASP, SDE, SNJ, GM, DEPEN também foram incluídos no quadro acima, haja a vista a impossibilidade de quantificar a quantidade de prestadores por Unidade Jurisdicionadas.

d) Os Contratos nº 38/2009, nº 19/2009 e nº 35/2010 não preveem locação de mão-de-obra, e sim prestação de serviços especializados em TI para todas as Unidades do Ministério da Justiça: SE, SAL, SENASP, SDE, SRJ, SNJ, GM, DEPEN, SEPPIR, SDH.

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Utilizando a fórmula:
$$\frac{\text{Nº de homens/dias perdidos por ausência ao trabalho} \times 100}{\text{Efetivo médio} \times \text{nº de dias de trabalho}}$$

temos o seguinte índice de absenteísmo na SDE: $[(18/834) \times 100] / 95 \times 365 = 0,00006\%$, considerando todos os tipos de afastamentos, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença casamento, licença falecimento, dentre outras.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Utilizando a fórmula: $\frac{\text{N}^\circ \text{ de homens/dias perdidos por ausência ao trabalho} \times 100}{\text{Efetivo médio} \times \text{n}^\circ \text{ de dias de trabalho}}$

temos o seguinte índice de absenteísmo na SDE: $[(18/834) \times 100] / 95 \times 365 = 0,00006\%$, considerando todos os tipos de afastamentos, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença casamento, licença falecimento, dentre outras.

- Rotatividade (turnover)

Utilizando a fórmula:

$\frac{(\text{Entrada} + \text{Saída})/2 \times 100}{\text{Efetivo médio}}$, temos o seguinte índice: $\{[(40+36)/2]/95\} \times 100 = 40\%$

- Educação Continuada

O Ministério da Justiça conta com dois programas de Educação Continuada:

a) Bolsa Universitária: no qual custeia até 50% da mensalidade do curso de graduação para os servidores do Quadro Efetivo do Ministério.

b) Pós-Graduação: no qual custeia integralmente o curso, desde que seja em tema que guarde correlação entre as atividades exercidas pelo servidor e a grade curricular do curso.

No exercício de 2010, 06 servidores dessa Secretaria foram beneficiados pelo programa “Bolsa Universitária”.

- Satisfação e Motivação

O instrumento de mensuração do nível de satisfação e motivação dos servidores do MJ foi desenhado. Entretanto, não foi aplicado em 2010.

- Disciplina

No ano de 2010, nenhum servidor lotado na SDE sofreu penalidade disciplinar.

- Desempenho funcional

No ano de 2010, foram implementados 03 instrumentos de avaliação do desempenho funcional:

a) Avaliação para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano de Cargos do Poder Executivo Federal - GDPGPE, instituída pela Lei nº 11.784/2008, regulamentada pela Portaria nº 3.979/2009/MJ.

Para esse procedimento, foram aplicadas a auto-avaliação pelo servidor e a avaliação da chefia superior, com a pontuação variando de 0 a 100 pontos, para 07 fatores determinantes

(conhecimento e autodesenvolvimento; produtividade; relacionamento interpessoal; trabalho em equipe; iniciativa; comprometimento com o trabalho; disciplina e cumprimento das normas de procedimentos e de condutas no desempenho das atribuições), com pesos diferentes, sendo que a nota final da avaliação foi a média aritmética dessas duas avaliações.

No caso dessa Secretaria, o desempenho aferido foi o seguinte:

Níveis de Pontuação				Total
Nota inferior a 70,00 pontos	Nota de 70,01 a 80,00 pontos	Nota de 80,01 a 90,00 pontos	Nota de 90,01 e 100 pontos	
0	0	0	35	35

b) Avaliação e Certificação dos ocupantes de Funções Comissionadas Técnicas – FCT, instituída pelo artigo 9º do Decreto nº 4.941/2003, regulamentada pela Portaria nº 3.988/2009/MJ.

O procedimento foi dividido em duas etapas:

1ª Etapa: Avaliação, formada pela auto-avaliação do servidor (peso 1) e avaliação de sua chefia imediata (peso 3), sendo que a nota final da avaliação foi a média ponderada dessas duas avaliações.

Alcançando a nota mínima de 75 pontos na primeira etapa, o servidor participou da 2ª etapa – certificação.

2ª Etapa: Certificação, cuja pontuação é baseada em critérios (principais entregas; participação em processos de qualificação e requalificação; grau de escolaridade; participação em grupos de trabalhos, comissões e sindicâncias; publicações; e experiência profissional) com pesos diferentes. Para receber referida certificação, com validade por 01 ano, o servidor deveria alcançar a nota mínima de 45 pontos. Ressalte-se ainda, que se o servidor não atingir a pontuação mínima para certificação, por 02 anos consecutivos, será exonerado da função.

O resultado dessa metodologia de avaliação e certificação, com relação aos servidores ocupantes de Função Comissionada Técnica em exercício na SDE, foi o seguinte:

Total de Servidores que ocupam FCT	Avaliação		Certificação	
	Nota inferior a 75 pontos	Nota igual ou superior a 75 pontos	Nota inferior a 45 pontos	Nota igual ou superior a 45 pontos
24	0	23	19	4

(*) Do quantitativo de 24 servidores ocupantes de FCT, 23 foram avaliados e 1 não.

c) Avaliação do Estágio Probatório:

Com o ingresso dos servidores empossados em cargo efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, visando atender ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112/90, é necessário realizar a avaliação do estágio probatório. A referida avaliação foi disciplinada, no âmbito do MJ, pela Portaria nº 691, de 28 de julho de 2007, a qual estabeleceu, dentre outras medidas, que os ciclos de avaliação são nos 8º, 16º, 24º e 32º mês de efetivo exercício.

Os fatores avaliados são assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, atribuindo os seguintes critérios: Insuficiente (até 1,00), Fraco (de 1,01 a 2,00), Regular (de 2,01 a 3,00), Bom (3,01 a 4,00), Muito Bom (4,01 a 5,00) e Excelente (5,01 a 6,00).

No ano de 2010, foram realizadas as primeiras avaliações de estágios probatórios daquelas pessoas que ingressaram nos meses de janeiro a abril do corrente ano cujo primeiro ciclo avaliativo deu-se nos meses de setembro a dezembro subsequente, respectivamente.

O resultado das avaliações do 1º ciclo avaliativo dos servidores que ingressaram até abril de 2010 foi o seguinte:

Quantitativo de Servidores Avaliados (*)	Critérios de Avaliação					
	Insuficiente (até 1,00)	Fraco (1,01 a 2,00)	Regular (2,01 a 3,00)	Bom (3,01 a 4,00)	Muito Bom (4,01 a 5,00)	Excelente (5,01 a 6,00)
4	0	0	0	0	1	2

(*) Do quantitativo de 4 servidores (que ingressaram até abril de 2010), somente 3 foram avaliados até o término do exercício. O outro entregou a primeira avaliação do estágio probatório no início do exercício de 2011.

- Níveis Salariais

Os níveis salariais da força de trabalho da SDE são os seguintes:

Situação	Faixas de Remuneração (R\$) – Paga pelo MJ							Total
	Não se aplica (*)	Até 2.000,00	2.000,01 a 4.000,00	4.000,01 a 6.000,00	6.000,01 a 8.000,00	8.000,01 a 10.000,00	Acima de 10.000,00	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	-	-	32	06	-	-	01	39
Requisitado	-	01	01	02	-	-	-	04
Sem vínculo	-	02	19	05	02	01	01	30
Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício Descentralizado	21	-	-	-	-	-	-	21
Contratado Temporário	-	-	-	-	-	-	-	-
Anistiado	01	-	-	-	-	-	-	01
Total	22	03	52	13	02	01	02	95

(*) O servidor ou empregado não recebe nenhuma parcela remuneratória pelo MJ, apenas por força de legislação específica tem exercício fixado no âmbito da Pasta.

- Demandas Trabalhistas

No ano de 2010, não houve demanda trabalhista interposta por servidores lotados na SDE.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Direito Econômico									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 200400/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	SICONV 738562/2010	PROCON Estadual Ceará	112.500,00	12.500,00	100.000,00	0	01/07/2010	09/12/2011	1
1	SICONV 738562/2010	PROCON Estadua Espírito Santo	125.000,00	25.000,00	100.000,00	0	01/07/2010	09/12/2011	1
1	SICONV 738562/2010	PROCON Estadual Goiás	113.839,98	13.839,98	100.000,00	0	01/07/2010	09/12/2011	1
1	SICONV 738562/2010	PROCON Estadual Mato Grosso	125.000,00	25.000,00	100.000,00	0	01/07/2010	09/12/2011	1
1	SICONV 738562/2010	PROCON Estadual Mato Grosso do Sul	112.500,00	12.500,00	100.000,00	0	01/07/2010	09/12/2011	1
1	SICONV 738562/2010	PROCON Estadual São Paulo	125.000,00	25.000,00	100.000,00	0	01/07/2010	09/12/2011	1
1	SICONV 738562/2010	PROCON Estadual Tocantins	127.355,50	27.355,50	100.000,00	0	01/07/2010	09/12/2011	1
1	SICONV 710282/2009	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	287.388,67	83.805,33	0,00	203.583,33	11/12/2009	15/04/2011	1
1	SICONV 722549/2009	Ministério Público do Estado da Paraíba	266.500,00	55.000,00	0,00	0,00	29/12/2009	15/12/2010	1
1	SICONV 704397/2009	Instituto de Defesa do Consumidor	248.255,00	49.651,00	50.000,00	148.604,00	04/12/2009	30/07/2011	1
1	SICONV 700255/2008	Ministério Público do Estado de São Paulo	375.000,00	75.000,00	0,00	300.000,00	18/12/2008	30/06/2011	1
1	SIAFI	Universidade de	706.040,00	197.640,00	0,00	508.400,00	22/12/2009	31/10/2010	1

	517547/2004	São Paulo					04	008	
1	SIAFI 517520/2004	Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor	56.500,00	8.000,00	0,00	48.500,00	23/12/2004	23/12/2007	2
1	SICONV 706977	Secretaria Especial de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro	980.000,00	20.000,00	0,00	980.000,00	11/2009	31/12/2011	1
1	SICONV 706379	Procon Municipal da Prefeitura de Canoas/RS	119.848,00	2.446,00	0,00	119.848,00	10/09	19/02/2011	1
1	SIAFI 626676	Secretaria Executiva de Fazenda do Estado das Alagoas	1.185.000,00	11.850,00	0,00	1.173.150,00	27/06/2008	31/07/2011	1
1	SIAFI 626783	Governo do Estado do Pará	907.838,66	9.170,08	0,00	898.668,58	27/06/2008	31/07/2011	1
1	SIAFI 626785	Governo do Estado do Rio de Janeiro Casa Civil	734.980,00	14.752,00	0,00	720.228,00	27/06/2008	31/07/2011	1
1	SIAFI 626786	Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal	515.000,00	5.150,00	0,00	509.850,00	27/06/2008	31/12/2010	1
1	SIAFI 626803	Governo do Estado de São Paulo	1.431.400,00	28.628,00	0,00	1.402.772,00	27/06/2008	31/12/2010	1
1	SIAFI 626807	Governo do Estado do Acre	2.205.765,00	22.474,00	0,00	2.183.290,7	27/06/2008	31/07/2011	1
1	SIAFI 626809	Governo do Estado do Acre	128.612,50	1.500,00	0,00	127.112,50	27/06/2008	31/07/2011	1
1	SIAFI 626810	Governo do Estado do Acre	1.102.045,63	13.235,12	0,00	1.090.981,82	27/06/2008	31/07/2011	1
1	SICONV 707605/2009	PROCON Estadual Espírito Santo	1.384.106,18	27.682,12	1.356.424,06	0,00	06/2010	12/2011	1
1	SICONV 707607/2009	PROCON Estadual Espírito Santo	822.871,76	16.457,44	806.414,32	0,00	06/2010	12/2011	1
1	SICONV 707606/2009	PROCON Estadual Espírito Santo	233.601,44	4.672,03	228.929,41	0,00	06/2010	08/2011	1

1	SICONV 737233/2010	PROCON Municipal de Fortaleza	197.580,00	1.975,80	195.604,20	0,00	12/2010	12/2011	1
1	SICONV 707374/2009	PROCON Estadual Pernambuco	2.591.165,81	25.911,66	2.565.254,15	0,00	12/2010	12/2011	1
1	SICONV 704721/2009	PROCON Estadual Bahia (Salvador)	479.161,72	4.791,65	474.370,07	0,00	07/2010	09/2011	1
1	SICONV 705094/2009	PROCON Estadual Bahia (Salvador)	363.694,01	3.636,95	360.057,06	0,00	07/2010	09/2011	1
1	SICONV 705087/2009	PROCON Estadual Bahia (Salvador)	303.032,49	3.030,35	300.002,14	0,00	07/2010	09/2011	1
1	SICONV 750449/2010	PROCON Estadual Bahia (Camaçari)	538.875,70	5.388,76	533.486,94	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 750915/2010	PROCON Estadual Bahia (Camaçari)	386.730,75	3.867,31	382.863,44	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 750448/2010	PROCON Estadual Bahia (Camaçari)	380.133,57	3.801,34	376.332,23	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 750877/2010	PROCON Estadual Bahia (Lauro de Freitas)	538.875,70	5.388,76	533.486,94	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 750879/2010	PROCON Estadual Bahia (Lauro de Freitas)	386.730,75	3.867,31	382.863,44	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 750447/2010	PROCON Estadual Bahia (Lauro de Freitas)	380.133,57	3.801,34	376.332,23	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 751056/2010	PROCON Estadual Bahia (Simões Filho)	538.875,70	5.388,76	533.486,94	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 750880/2010	PROCON Estadual Bahia (Simões Filho)	386.730,75	3.867,31	382.863,44	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 750445/2010	PROCON Estadual Bahia (Simões Filho)	380.133,57	3.801,34	376.332,23	0,00	12/2010	06/2012	1
1	SICONV 713330/2009	PROCON Estadual Sergipe	376.530,00	3765,30	372.764,70	0,00	06/2010	06/2011	1

LEGENDA

Modalidade:

Situação da Transferência:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Direito Econômico						
CNPJ: 00.394.494/0100-18				UG/GESTÃO: 200400/0001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	9	5	26	7.674.798,23	1.663.535,33	11.437.867,94
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	CADE e CAPES2	IPEA UFRGS e ANVISA 3		?	?
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais				7.674.798,23	1.663.535,33	11.437.867,94

Fonte:

6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Direito Econômico					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 200400/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	36	19.433.334,87	19.433.334,87	0,00	100
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0
Termo de Parceria	0	0,00	0,00	0,00	0
Termo de Cooperação	2	0,00	0,00	0,00	0
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	100
Totais	0	19.433.334,87	19.433.334,87	0,00	100

Fonte:

6.1.4) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Direito Econômico					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 200400/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	4	
			Montante Repassado (R\$)	2.243.970,00 (MP Paraíba, Pronasci canoas, df e são Paulo)	

		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2008	Contas prestadas		Quantidade	2 (usp e mpcon)	
			Montante Repassado (R\$)	556.900,00	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		

Fonte:

6.1.5) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos Valores em R\$
de Repasse 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Direito Econômico						
CNPJ:			UG/GESTÃO: 200400/00001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas					
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		4		
		Montante repassado (R\$)		2.243.870		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE				
Contas NÃO analisadas		Quantidade				
	Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
		Montante repassado (R\$)				
2008	Quantidade de contas prestadas					
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2		
		Montante repassado		556.900,00		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade				
		Montante repassado				

Fonte: SICONV

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente
[texto]

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto

93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere
[texto]

-Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011
[texto]

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares
[texto]

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto
[texto]

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados
[texto]

- Outras questões relevantes
[texto]

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para			X		

mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem				X	

em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Economia no consumo de energia, ausência de substâncias tóxicas, economia no consumo de água.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Selo PROCEL				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Houve redução de cerca de 30% no consumo de energia desde o início da implantação do programa Energia Inteligente, mas não houve redução significativa no último ano. Não há programa para redução do consumo de água, mas torneiras econômicas têm sido instaladas nas reformas.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Não houve.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	texto				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Não houve.				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Pôsteres, e-mails.				

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Palestras (A3P, compras pública sustentáveis, coleta seletiva), pôsteres, e-mail				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL*	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: SPIUNET

* os Imóveis da União sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Logística/SPOA/SE/MJ e que são utilizados pela SDE constam no quadro A.11.1 do Relatório de Gestão da SE.

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL*	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		

	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: SPIUNET

* Os imóveis locados pela Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva/MJ atendem também a outras Unidades Jurisdicionadas do Ministério da Justiça. As informações sobre esses imóveis constam no quadro A.11.2 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200400								
Total							Σ	Σ

Fonte: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO-SPIUNET
SIAFI – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

* os Imóveis da União sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Logística/SPOA/SE/MJ e que são utilizados pelo SDE constam no quadro A.11.3 do Relatório de Gestão da SE.

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade
[texto]

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					181
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					

6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					47,5%
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	-	-	-	-	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
-					-
Descrição da Deliberação:					
-					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
-					-
Síntese da providência adotada:					
-					
Síntese dos resultados obtidos					

-
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
-

OBSERVAÇÃO: Não ocorreu no período.

12.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
-					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	-	-	-	-	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
-					-
Descrição da Deliberação:					
-					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
-					-
Justificativa para o seu não cumprimento:					
-					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

OBSERVAÇÃO: Não ocorreu no período.

12.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			1958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
254406	Acompanhamento da Gestão	1.1.2	Indenizações
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Descrição da Recomendação:			
-			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400

Síntese da providência adotada:
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

12.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício
 Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			1958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
254406	Acompanhamento da Gestão	1.1.2	Indenizações
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Descrição da Recomendação:			
a) Fazer constar do SCDP todos os documentos que comprovam a regularidade da concessão de diárias, de modo a dar a devida transparência na execução das despesas.			
b) Providenciar a regularização formal ex post das diárias mencionadas, conforme disposição da própria SDE, e disponibilizar o documento no SCDP. Providenciar ainda, nos futuros pagamentos de diárias internacionais, a devida formalização da concessão, com especial atenção para as situações que se enquadrarem como exceção à regra geral.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			1958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
254406	Acompanhamento da Gestão	1.1.3	Convênios de Obras e Serviços
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Descrição da Recomendação:			
- Atentar para os prazos estabelecidos na legislação de convênios, sobretudo aos prazos para apresentação e análise das prestações de contas, mantendo arquivo de controle atualizado, de modo a estabelecer uma priorização de análise.			
- Cientificar a Secretaria-Executiva/MJ sobre as dificuldades para cumprimento de suas atividades, causadas pela insuficiência da força de trabalho existente na SDE, solicitando a recomposição de seu quadro funcional.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico	200400
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			1958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
254406	Acompanhamento da Gestão	2.1.1.1	Processos Licitatórios
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			1958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
254406	Acompanhamento da Gestão	2.1.1.2	Processos Licitatórios
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Descrição da Recomendação:			
- Evitar a reincidência das falhas ora apontadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400

Justificativa para o seu não cumprimento:
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			1958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
254406	Acompanhamento da Gestão	3.1.1	Convênios de Obras e Serviços
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Descrição da Recomendação:			
<p>a) Exigir dos convenentes, como condição para aprovação do Plano de Trabalho, informações suficientes para demonstrar a possibilidade de o objeto ser alcançado; e analisar se há viabilidade de prosseguimento das atividades previstas no convênio, após o seu término, principalmente para os casos em que há a aquisição de bens permanentes.</p> <p>b) Abster-se de firmar convênio com entidades que não comprovem ter condições para executar o objeto do convênio, entendendo-se como condições recursos humanos devidamente qualificados, instalações, recursos materiais e financeiros necessários à fiel execução do objeto conveniado. Recomenda-se, ainda, orientar os Convenentes sobre a impossibilidade de contratação de pessoal de apoio, que deveria, originalmente, estar inserido na estrutura funcional da entidade convenente.</p> <p>c) Padronizar os objetos de convênio mais frequentes, identificando os custos unitários, como forma de evitar distorções de valores que têm objeto semelhante.</p> <p>d) Condicionar a celebração de convênios à previsão, no Plano de Trabalho, de metas passíveis de averiguação quanto ao seu atingimento. Complementar as informações dos convênios em análise com metas quantificáveis de pessoas a serem atendidas.</p> <p>e) Retificar a duplicidade do serviço de mapeamento e diagnóstico das comunidades do Estado do Espírito Santo, constantes nos Convênios de n.ºs 707605/2009 e 707607/2009, e, conseqüentemente, promover a restituição de R\$ 80.566,67 à SDE. Recomenda-se, ainda, um controle, mais rígido na aprovação dos Convênios com vista a evitar a repetição da falha apontada.</p> <p>f) Promover a alteração no texto das minutas de convênio para fazer constar a obrigatoriedade do uso da modalidade pregão nos termos da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, e do regulamento previsto no Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica.</p> <p>g) Fazer constar dos instrumentos de convênios, inclusive daqueles já celebrados (Convênios SICONV n.ºs 707605/2009 e 707607/2009) a definição da atuação e obrigações de cada órgão, quando houver a participação de órgão interveniente em atenção aos termos do artigo 1º, § 5º, da Portaria Interministerial n.º 127/2008.</p> <p>h) Identificar qual o uso e a destinação das salas alugadas e do veículo de apoio previstos no Plano de Trabalho do Convênio SICONV n.º 707605/2009. Recomenda-se, ainda, que ao celebrar futuros convênios, seja verificada a real capacidade instalada do convenente, entendendo-se como tal os recursos humanos devidamente qualificados, instalações, recursos materiais e financeiros necessários à fiel execução do objeto conveniado.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Direito Econômico			200400
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Unidade não teve tempo hábil a adotar qualquer providencia tendo em vista a data de entrega do relatório final.			

20. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

20.1) Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
-				-	
-					
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
-				-	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: -					
Objetivo da consultoria: -					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
dd/mm/aaaa	dd/mm/aaaa	-	-	-	-
Insumos Externos					
-					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
-			dd/mm/aaaa	-	
Consultor contratado					
Nome do consultor: -			CPF: -		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

20.2) Análise Crítica

Não ocorreu no período.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ

Não ocorreu no período.

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las

Não ocorreu no período.

Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício

Não ocorreu no período.

ANEXOS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.]

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº

107/2010

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO – SDE			200400
Declaramos, para os devidos fins, que os servidores da Secretaria de Direito Econômico, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendias, Exercício 2010, Ano-Base 2009, de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.			
Local	Brasília-DF	Data	25 de março de 2011
Coordenador Geral de RH	Edson Raimundo Machado	-	-

[Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.]

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.]

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

V - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO – SDE			200400
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. EXECUTO no tocante à restrição contábil registrada no SIAFI abaixo relacionada:</p> <p>a) Convênios na situação de A Comprovar, A Aprovar com data Expirada, Divergência Registro SIAFI x Situação Real Convênio.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e - A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	01 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO		200401	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante à restrição contábil registrada no SIAFI abaixo relacionada:</p> <p>a) Convênios A Comprovar, A Aprovar com data Expirada;</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e - A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	01 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO		200401	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), NÃO refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	01 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

VI - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

VII - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

VIII - INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

**COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA
PREVISTA NO ART. 4º, § 3º DA DN TCU Nº 107/2010 REFERENTE AO ITEM 16 DA PARTE
C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**

**IX - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS
FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO
ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**

a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;

[texto]

b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

[texto]

**X - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE
REFERENTE AO QUADRO ILC.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
Comentários do responsável:				
Notas:				
1. Devem ser incluídos todos os programas e ações de responsabilidade da unidade, estabelecidos no PPA;				
2. A unidade deve se posicionar, no campo "Comentários do responsável" sobre a consistência dos dados dos Programas no SIGPLAN: Previsão física e financeira inicial, corrigida e realizada, % de execução, comentários gerais e demais informações requeridas no sistema.				

**XI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE
NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO ILC.3
DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**

Programa ou Fundo	Forma de participação	Responsabilidades da entidade na execução
-	-	-
-	-	-
-	-	-

**XII - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º
1.520/2006-PLÊNARIO) REFERENTE AO QUADRO ILC.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA
DN TCU Nº 107/2010**

Quantitativo de servidores terceirizados irregulares e servidores concursados ao final do exercício					
Ano	Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Concursados (A)	Terceirizados (B)	B/(A+B) (C)
2007	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

**XIII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES
TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU**

N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107/2010

Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Providências adotadas para substituição por servidores concursados
-	-	-
-	-	-
-	-	-

Observação:

Para as demais unidades do Ministério, basta apenas referencia de que a resposta aos quadros II.C.5 e !!.C.6 da parte C do anexo II da DN TCU n.º 107/2010 constam no Relatório dessa Secretaria, responsável pela gestão do contrato de terceirizados irregulares, bem como pelo cronograma de substituição desdes postos de trabalho por servidores concursados.

XIV - DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS REFERENTES AOS CONTRATOS E CONVÊNIOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO			200401
<p>Declaro que as informações referentes aos contratos e convênios estão disponíveis no Sistema Integrado de Informações Financeiras do Governo Federal (SIAFI) e no Portal dos Convênios do Governo Federal (SICONV).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	30 de junho de 2011
Ordenador de Despesas	Klaus Vilar Wurmbauer	Siape n.º	1644150

XV - DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS REFERENTES ÀS DESPESAS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO			200401
<p>Declaro que as informações referentes aos gastos com Suprimento de Fundos estão disponíveis no Sistema Integrado de Informações Financeiras do Governo Federal (SIAFI) e no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG).</p> <p>Todos os gastos foram realizados por intermédio do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal (CCGF).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	30 de junho de 2011
Ordenador de Despesas	Klaus Vilar Wurmbauer	Siape n.º	1644150



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**Brasília
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidades Agregadas: Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Secretaria de Direito Econômico

**Brasília
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

RG – Relatório de Gestão

IN – Instruo Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

SDE – Secretaria de Direito Econômico

FDD – Fundo de Defesa de Direitos Difusos

CFDD – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>55</i>
<i>II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>55</i>
<i>III - Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>55</i>
<i>IV - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>55</i>
<i>V - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>55</i>
<i>VI - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito referente ao item 5 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>59</i>
<i>VII - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>59</i>
<i>VIII - Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º da DN TCU nº 107/2010 referente ao item 16 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>59</i>
<i>IX - Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, referente ao item 31 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>59</i>
<i>X - Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>60</i>
<i>XI - Relação dos Programas de Governo ou dos fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>60</i>

XII - *Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....60*

XIII - *Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....61*

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO.....	6
INTRODUÇÃO	6
A- CONTEÚDO GERAL	9
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	9
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	9
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	10
2.2) <i>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</i> 11	
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida 11	
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão 11	
2.3) <i>Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade</i> 12	
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	12
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	12
Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo	13
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	13
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	13
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ	13
2.4) <i>Desempenho Orçamentário/Financeiro</i> 14	
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	14
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	14
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	14
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	15
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	15
Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional	16

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	16
Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa	18
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	19
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	19
2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação	19
2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	20
2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	21
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	22
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	22
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	22
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	23
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	24
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	25
2.4.3) Indicadores Institucionais.....	25
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	26
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	26
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	26
3.2) Análise Crítica	26
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	26
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	26
4.2) Análise Crítica	27
5. RECURSOS HUMANOS.....	28
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	28
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	28
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	29
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	29
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	30
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	30

<i>Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010</i>	30
5.3) <i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	31
<i>Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários</i>	31
5.4) <i>Quadro de custos de Recursos Humanos</i>	31
<i>Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.</i>	31
5.5) <i>Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	32
<i>Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</i>	32
<i>Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	33
<i>Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra</i>	33
5.6) <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	34
6. TRANSFERÊNCIAS.....	35
6.1) <i>Transferências efetuadas no exercício</i>	35
6.1.1) <i>Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010</i>	35
<i>Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência</i>	35
6.1.2) <i>Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	43
<i>Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios...</i>	43
6.1.3) <i>Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes</i>	43
<i>Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes</i>	43
6.1.4) <i>Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e de contratos de repasse</i>	43
<i>Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.</i>	43
6.1.5) <i>Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse</i>	44
<i>Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse</i>	44
6.2) <i>Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo</i>	44
7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	46
7.1) <i>Estrutura de controles internos da UJ</i>	46
<i>Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ</i>	46
8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	47
8.1) <i>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	47
<i>Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	47
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	48

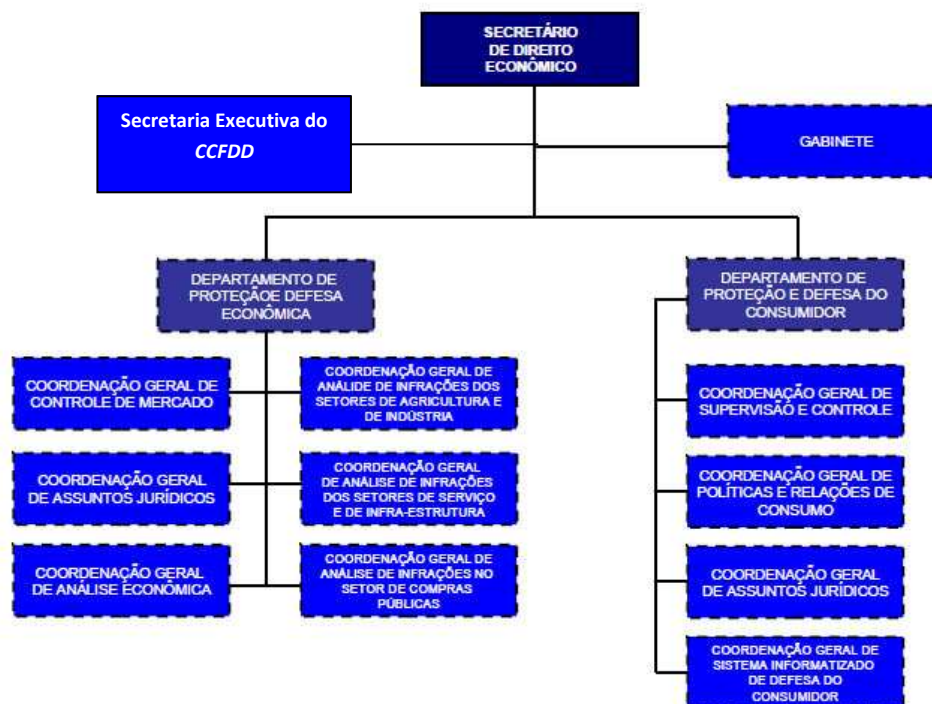
9.1) <i>Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial</i>	48
<i>Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	48
<i>Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	49
<i>Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ</i>	50
9.2) <i>Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade</i>	51
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	51
10.1) <i>Gestão de Tecnologia da Informação (TI)</i>	51
<i>Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ</i>	51
12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	51
12.1) <i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	51
<i>Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	51
12.2) <i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	52
<i>Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício</i>	52
12.3) <i>Recomendações do OCI atendidas no exercício</i>	52
<i>Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI</i>	52
12.4) <i>Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	53
<i>Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício</i>	53
20. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	53
20.1) <i>Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais</i>	53
<i>Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais</i>	54
20.2) <i>Análise Crítica</i>	54
RESULTADOS E CONCLUSÕES	54
ANEXOS.....	55

ORGANOGRAMA FUNCIONAL CONSELHO FEDERAL DOS DIREITOS DIFUSOS

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme as normas expedidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e Controladoria Geral da União – CGU.

ESTRUTURA DA SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO (DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)



Esse Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as principais ações desenvolvidas pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tendo por finalidade gerir o Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, previsto na Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, o qual visa à reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

O Fundo de Defesa de Direito Difusos tem por objetivo apoiar projetos voltados para diferentes áreas de atuação, as quais podemos destacar:

- 1) Implantação ou preservação de parques ambientais;
- 2) Recuperação e preservação de nascentes de córregos, rios ou bacias hidrográficas;
- 3) Recuperação, preservação e manejo de áreas naturais degradadas ou alteradas e de Áreas de Preservação Permanente e a construção de obras de infra-estrutura de apoio em Unidades de Conservação;
- 4) Preservação, manejo e monitoramento de espécies da biodiversidade, em especial, aquelas em risco de extinção;
- 5) Preservação, recuperação e monitoramento de recursos hídricos;
- 6) Promoção do consumo sustentável e da educação ambiental voltada para a sustentabilidade;
- 7) Ações de manejo e gestão de resíduos sólidos urbanos;
- 8) Preservação, através da restauração, conservação ou manutenção de bens arquitetônicos (igrejas, casarões e outros), arqueológicos, móveis e integrados e da salvaguarda dos bens culturais de natureza material;
- 9) Projetos educativos, os quais envolvam atividades de cunho informativo e educativo, por meio da elaboração de materiais informativos (cartilhas, folders e outros) e/ou a realização de eventos que versem sobre as temáticas de direitos do consumidor, meio ambiente, patrimônio histórico-cultural ou outros direitos difusos e coletivos, com vistas a conscientizar a população como um todo ou alguns públicos específicos (como o infanto-juvenil, por exemplo) sobre seus direitos e deveres.
- 10) Modernização administrativa - é permitida, ainda, a utilização de recursos do FDD para a modernização administrativa de órgãos governamentais ligados à defesa do meio ambiente, consumidor e de outros direitos difusos e coletivos.

No exercício de 2010, o FDD apoiou 45 projetos, notadamente, nas áreas de recuperação ambiental, preservação do patrimônio histórico e cultural, consumidor e proteção e segurança de acervos. Sendo que essa última faz parte da Divisão de Projetos Especiais, criada por meio da Resolução nº 024, de 04 de agosto de 2009, cuja intenção é apoiar, a cada ano, projetos que atendam a demandas urgentes da sociedade, com valores diferenciados dos projetos ordinários.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, os itens 1 e 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens do anexo II da DN TCU nº 107/2010, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período, tendo em vista:

As principais realizações da gestão no exercício foram 45 convênios firmados com órgãos federais, estados, municípios e entidades civis sem fins lucrativos, isto é, foi o maior número de convênios celebrados desde do ano de 2000, conseqüentemente o montante de recursos financeiros transferidos da União – R\$ 7.955.385,00, também foi o mais elevado em comparação aos anos anteriores.,inclusive 100% do orçamento disponível foi empenhado e 99% liquidado.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram à falta de estrutura da Secretaria Executiva do Conselho, de novos técnicos com perfil e capacitados para elaboração de termos de convênios e prestação de contas, falta espaço para novos técnicos, baixa valorização e em especial a baixa remuneração frente a uma carga de trabalho grande e de elevada responsabilidade, sem plano de carreira e sem direito de ter a gratificação GESISTE.

Os planos e projetos para o exercício seguinte são: 1) Por meio do chamamento público a seleção de 60 projetos considerados prioritários; 2) Lançamento de projetos especial sobre o tema central “Mudança Climática”; 3) Elaboração da publicação da 4ª Edição do Balanço Social, onde constarão todos os projetos que foram executados nos anos de 2009 e 2010.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Órgão de Vinculação: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS			
Denominação abreviada: CFDD			
Código SIORG:	Código LOA: 30905	Código SIAFI: 200401	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ		Código CNAE: NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	
Telefones/Fax de contato:	61 2025-3843	61 2025-3005	
E-mail: cfdd.sde@mj.gov.br			
Página na Internet: http://www.mj.gov.br/cfdd			
Endereço Postal: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO T, ED. SEDE, 5º ANDAR, SALA 503/505 CEP: 70064-900			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem:			
Denominação completa:			
Denominação abreviada:			
Código SIORG:	Código na LOA:	Código SIAFI:	
Situação:			
Natureza Jurídica:			
Principal Atividade:		Código CNAE:	
Telefones/Fax de contato:			
E-mail:			
Página na Internet:			
Endereço Postal:			
OBS: Não existe Unidade Jurisdicionada agregada			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nº 7.347/85, de 24 de julho de 1985, publicada no D.O.U. de 25.7.1985, que disciplina a Ação Civil Pública e cria o Fundo de Defesa de Direitos Difusos;			
Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, publicada no DOU de 22.3.95, que cria o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD;			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			

Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994, publicado no DOU de 10.11.94, que regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos;	
Portaria nº 1.488, de 15 de agosto de 2008, publicada no DOU de 18/08/2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD.	
<i>Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas</i>	
Balço Social FDD – Fundo de Defesa de Direitos Difusos 2007/2008 – apresenta os projetos financiados com os recursos do CFDD, bem como demonstra a efetiva participação da sociedade na defesa de seus direitos violados.	
<i>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</i>	
<i>Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</i>	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
99999	-
<i>Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</i>	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
99999	-
<i>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</i>	
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
200401	00001

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

Compete ao Conselho:

- zelar pela aplicação dos recursos;
- aprovar e firmar convênios e contratos objetivando atender ao disposto acima;
- examinar e aprovar projetos de reconstituição de bens lesados, inclusive os de caráter científico e de pesquisa;

- promover, por meio de órgãos da administração pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos ou científicos;
- fazer editar, inclusive em colaboração com órgãos oficiais, materiais informativos sobre os projetos de reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos;
- promover atividades e eventos que contribuam para a difusão da cultura, da proteção ao meio ambiente, do consumidor, da livre concorrência, do patrimônio histórico, artístico, estético, turístico, paisagístico e de outros interesses difusos e coletivos; e
- examinar e aprovar os projetos de modernização administrativa a que se refere aos recursos arrecadados pelo FDD , bem como na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas.

2.1.2) Objetivos estratégicos

O CFDD tem a missão de devolver a sociedade os recursos arrecadados de multas e condenações judiciais aplicadas a partir de ações civis públicas que tratam de infrações a direitos difusos e no âmbito das legislações referentes à defesa do consumidor (Lei nº 8.078/90) e defesa da concorrência (Lei nº 8.884/94). O modo mais democrático para tanto é a utilização de convênios e termos congêneres com instituições públicas e civis sem fins lucrativos que atuam nos mais diversos locais do país e que conhecem as peculiaridades regionais. Isso vem surtindo um efeito positivo até o momento, onde o CFDD já apoiou, entre os anos de 1999 e 2010, cerca de 307 projetos, atingindo uma parte substancial da população, inclusive em regiões distantes dos grandes centros. Isso pode ser comprovado por intermédio de três edições do balanço social publicados pelo CFDD (2003-2004, 2005-2006 e 2007-2008).

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0697		Denominação: Defesa do Consumidor				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a proteção e defesa do consumidor e dos direitos difusos						
Objetivos Específicos: Executar a política nacional de proteção do consumidor; prestar aos consumidores sobre seus direitos e garantias; receber, analisar e avaliar consultas e denúncias de violação dos direitos do consumidor; coordenar a política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.						
Gerente: Juliana Pereira da Silva				Responsável: Juliana Pereira da Silva		
Público Alvo: Consumidores, fornecedores, agências regulatórias, órgãos públicos e entidades civis de defesa do consumidor e de direitos difusos.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
10.000.000	10.000.000	7.955.385	7.685.385	270.000	7.604.910	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Projetos apoiados				41	45
Fórmula de Cálculo do Índice: Não há uma fórmula específica a ser utilizada, pois a medição consiste, basicamente, na comparação entre as metas traçadas pelo CFDD e os resultados obtidos, bem como entre as metas previstas nos projetos apoiados com recursos do FDD e os resultados alcançados.						
Análise do Resultado Alcançado Obs.: As informações acima referem-se a ação 6067 – Defesa dos Direitos Difusos, a qual está inserida no programa 0697 – Defesa do Consumidor. Os resultados alcançados foram satisfatórios. O número de projetos apoiados em 2010 (45) foi o maior desde 2003, e representou um aumento de 35% em relação ao ano de 2009, ficando acima da meta prevista na LOA, que era de 41 projetos. Informamos, ainda que o número de projetos não foi superior devido que parte dos recursos, no montante de R\$ 2.020.580,00, que ficaram indisponíveis.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Observação: Não possui

Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo

- Contingenciamento no exercício

Os recursos previstos na Lei nº 12.214/2010, no montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões), R\$ 2.020.580,00, que ficaram indisponíveis. A reserva de contingência não foi liberada no valor de R\$ 23.376.258,00 (vinte e três milhões trezentos e setenta e seis mil e duzentos e cinquenta e oito reais), na ação 6097 – Defesa dos Direitos Difusos, a qual está inserida no Programa 6067 – Defesa do Consumidor.

- Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo

Na ação 6097 – Defesa dos Direitos Difusos,

A execução financeira do ano de 2010 foi superior em mais de R\$ 1,5 milhão em comparação ao ano de 2009, considerando-se que o montante orçamentário foi igual nos dois últimos anos. Deixou-se de utilizar R\$ 24 mil do disponível orçamentário, uma vez que faltaram recursos para despesas de capital (material permanente), havendo recursos somente para despesas correntes (custeio) da União, estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, sem que houvesse projeto aprovado que se enquadrasse no referido valor e natureza de despesa. Foi empenhado e liquidado do orçamento disponível em 99,7%. O restante dos recursos, no montante de R\$ 2.020.508,00 (dois milhões, vinte mil e quinhentos oito reais) deixaram de ser utilizados por terem ficado indisponíveis no orçamento do CFDD, situação que se repete desde 2006, diferenciando em valores.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2011</i>
14	422	0697	6067	A	3	unid	41	45	44
14	422	0697	2272	A	4	-	-	-	-

Fonte: Siafi e Controle Interno de Execução do CFDD

Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ

- Cumprimento das metas físicas

No ano de 2010, o CFDD publicou a Resolução nº 25, de 1º de março, (chamamento público) com intuito de selecionar projetos. O período de encaminhamento foi de 05 de março a 15 de abril de 2010, tendo sido recebido mais de 764 projetos. Na 130ª Reunião Ordinária do CFDD, realizada em 17 de junho de 2010, os Conselheiros selecionaram 60 (sessenta) projetos considerados prioritários. Já o total de projetos efetivamente aprovados e conveniados, fruto da seleção realizada em 2009, foi de 45, tendo o FDD repassado aos parceiros quase 8 milhões de reais.

- Ações que apresentaram problemas de execução

6067 – Defesa dos Direitos Difusos – Durante o exercício de 2010, o CFDD reuniu-se mensalmente, tendo ocorrido 12 (doze) reuniões, 11 (onze) ordinárias e uma extraordinária, durante todo o exercício. Nessas sessões foram deliberados 51 (cinquenta e um) projetos das 60 (sessenta) propostas selecionadas como prioritárias, sendo que desses foram conveniados 45 (quarenta e cinco) no ano de 2010. Ademais, 3 (três) projetos foram indeferidos e 3 (três) projetos não foram conveniados, por causa da inadimplência. Por fim, 9 (nove) projetos foram arquivados por desistência, por causa de saída de coordenador do projeto, falta de técnicos capacitados para operar o sistema SICONV, dentre outras.

- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

- Ações prioritárias na LDO

Defesa dos Direitos Difusos.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	30905	200401

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

<i>Origem dos Créditos Orçamentários</i>		<i>Grupos de Despesas Correntes</i>					
		<i>1 – Pessoal e Encargos Sociais</i>		<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>		<i>3- Outras Despesas Correntes</i>	
		<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>	
		<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
<i>LOA</i>	<i>Dotação proposta pela UO</i>	0	0	0	0	8.206.000	6.796.851
	<i>PLOA</i>	0	0	0	0	0,00	0,00

	LOA		0	0	0	0	8.206.000	6.796.851
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0	
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	0	8.206.000	6.796,851

Fonte: SIAFI

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital
Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.794.000	3.203.149	0	0	0	0	
	PLOA	0,00	0,00	0	0	0	0	
	LOA	1.794.000	3.203.149	0	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados		0	0	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		1.794.000	3.203.149	0	0	0	0	

Fonte: SIAFI

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes	Despesas de Capital	9 – Reserva de Contingência
	Exercícios	Exercícios	Exercícios

		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	8.206.000	6.796.851	1.794.000	3.203.149	0	0	
	PLOA	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	
	LOA	8.206.000	6.796.851	1.794.000	3.203.149	32.492.894	23.376.258	
CRÉDITOS	Suplementares	0	0	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		8.206.000	6.796.851	1.794.000	3.203.149	34.492.894	23.376.258	

Fonte: SIAFI

Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional

- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA

As dotações propostas para o FDD são consideradas insuficientes para atender a demanda de projetos propostos e, principalmente se levar em consideração a arrecadação de recursos para o FDD, que é bem superior ao previsto na LOA.

- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

Não houve alterações relevantes.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200005	14.422.0697.2272	0,00	0,00	175.612,00
		200400	14.422.0697.2272	0,00	0,00	290.000,00
	Recebidos	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período

Movimentação Externa	Concedidos	403101	14.422.0697.6067	0,00	0,00	365.091,15
		110407	14.422.0697.6067	0,00	0,00	39.492,00
		443032	14.422.0697.6067	0,00	0,00	19.830,00
		193034	14.422.0697.6067	0,00	0,00	113.400,00
		153080	14.422.0697.6067	0,00	0,00	75.552,06
		153115	14.422.0697.6067	0,00	0,00	50.375,80
		153114	14.422.0697.6067	0,00	0,00	20.694,02
	Recebidos	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
	Recebidos	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
Movimentação Externa	Concedidos	110407	14.422.0697.6067	5.712,00	0,00	0,00
		443032	14.422.0697.6067	30.780,00	0,00	0,00
		403101	14.422.0697.6067	572.929,50	0,00	0,00
		343018	14.422.0697.6067	296.400,00	0,00	0,00
		443033	14.422.0697.6067	30.780,00	0,00	0,00
		193034	14.422.0697.6067	170.119,49	0,00	0,00
		153080	14.422.0697.6067	17.101,40	0,00	0,00

		153115	14.422.0697.6067	17.101.40	0,00	0,00
		153114	14.422.0697.6067	6.296,80	0,00	0,00
	Recebidos	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período

Fonte: SIAFI

Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa

- justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão

As movimentações de crédito externas dizem respeito aos Termos de Cooperação firmados Órgãos Federais para implementação de projetos, conforme abaixo:

UG Recebedora	Objeto
<i>UG – 403032 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio</i>	<i>Vigilância Total na Zona de Uso Intensivo do Parque Nacional de Brasília - PNB.</i>
<i>UG – 403101 - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN PE</i>	<i>Inventário de Bens Móveis e Integrados dos Monumentos Tombados de Goiana</i>
<i>UG – 110407 - Departamento de Educação e Cultura do Exército - Arquivo Histórico do Exército</i>	<i>Organização da Documentação da Campanha do Contestado</i>
<i>UG – 153080 – 153115 – 153114 - Comissão de Anistia do MJ – (UFPE – UFRJ – UFRS)</i>	<i>Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil</i>
<i>UG – 413101 - Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM - Museu da República - IPHAN - RJ</i>	<i>Modernização e Climatização da Reserva Técnica do Museu da República</i>
<i>UG – 403101 - Sítio Roberto Burle Marx - IPHAN – RJ</i>	<i>Restauração do Telhado da Casa do Antigo Sítio Santo Antonio da Bica, atual Sítio Roberto Burle Marx</i>

<i>UG – 403101 - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN MG</i>	<i>Conservação do Acervo Documental do Arquivo Histórico da Casa Setecentista - Mariana - MG</i>
<i>UG – 193034 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA MT -</i>	<i>Reabilitação, Monitoramento e Soltura de Animais Silvestres Apreendidos em Mato Grosso</i>

- análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício

Algumas dessas descentralizações causaram impacto negativo, tendo em vista que as unidades receptoras não conseguiram empenhar as dotações no exercício de 2010, refletindo negativamente na execução do FDD. Ressalta-se que não foram empenhadas cerca de 40% (quarenta por cento) do total das dotações descentralizadas, mas os recursos foram devolvidos e empenhados em outros projetos.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

<i>Modalidade de Contratação</i>	<i>Despesa Liquidada</i>		<i>Despesa paga</i>	
	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
<i>Modalidade de Licitação</i>				
<i>Convite</i>	-	-	-	-
<i>Tomada de Preços</i>	-	-	-	-
<i>Concorrência</i>	-	-	-	-
<i>Pregão</i>	-	-	-	-
<i>Concurso</i>	-	-	-	-
<i>Consulta</i>	-	-	-	-
<i>Registro de Preços</i>	-	-	-	-
<i>Contratações Diretas</i>				
<i>Dispensa</i>	9.750	-	9.750	-
<i>Inexigibilidade</i>	-	-	-	-
<i>Regime de Execução Especial</i>				
<i>Suprimento de Fundos</i>	-	-	-	-
<i>Pagamento de Pessoal</i>				
	-	-	-	-

<i>Pagamento em Folha</i>	-	-	-	-
<i>Diárias</i>	12.719	15.772	12.719	15.772
Outros	4.160	6.323	4.160	6.323

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Despesa Empenhada</i>		<i>Despesa Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>	
	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	4.594.114	6.315.269	2.116.840	6.045.269	958.683	270.000	1.991.266	5.964.794
333041	331.920	969.485	295.878	969.485	36.042	-	295.878	969.485
334041	950.112	1.884.543	552.480	1.884.543	397.632	-	552.480	1.884.543
335041	1.506.924	2.871.133	981.915	2.601.133	525.009	270.000	981.915	2.520.658

<i>Demais elementos do grupo</i>	1.805.157	590.108	286.567	590.108	-	-	160.993	590.108
----------------------------------	-----------	---------	---------	---------	---	---	---------	---------

Fonte: SIAFI

2.4.2.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	1.678.210	1.640.116	379.302	1.405.434	294.682	-	379.302	1.640.116
443041	298.369	258.463	158.369	258.463	140.000	-	158.369	258.463
444041	321.671	809.011	166.989	809.011	154.682	-	166.989	809.011
449052/51	1.058.171	572.642	53.944	572.642	-	-	53.944	572.642
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Não houve alterações significativas.

- Contingenciamento no exercício

Os recursos previstos na Lei nº 12.214/2010, no montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões), R\$ 2.020.580,00, que ficaram indisponíveis. A reserva de contingência não foi liberada no valor de R\$ 23.376.258,00 (vinte e três milhões trezentos e setenta e seis mil e duzentos e cinquenta e oito reais), na ação 6097 – Defesa dos Direitos Difusos, a qual está inserida no Programa 6067 – Defesa do Consumidor.

- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária

A execução orçamentária do FDD foi prejudicada pela forma de liberação do limite orçamentário, ocasionando atraso na transferência dos recursos aos proponentes, bem como o acúmulo de projetos para o final do exercício, dificultando, assim, a execução dos mesmos.

- Outras questões relevantes

Outro fator relevante na execução orçamentária é o limite orçamentário disponibilizado ao FDD frente ao montante de sua arrecadação de receitas, que em 2010 foi de R\$ 30.814.409,52 (trinta milhões oitocentos e quatorze mil quatrocentos e nove reais e cinquenta e dois centavos) e o orçamento liberado foi de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões), ou seja, cerca de 20% das receitas. Fator esse que prejudica a quantidade de projetos apoiados pelo FDD.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-

<i>Pregão</i>	-	-	-	-
<i>Concurso</i>	-	-	-	-
<i>Consulta</i>	-	-	-	-
<i>Contratações Diretas</i>	-	-	-	-
<i>Dispensa</i>	-	-	-	-
<i>Inexigibilidade</i>	-	-	-	-
<i>Regime de Execução Especial</i>	-	-	-	-
<i>Suprimento de Fundos</i>	-	-	-	-
<i>Pagamento de Pessoal</i>	-	-	-	-
<i>Pagamento em Folha</i>	-	-	-	-
<i>Diárias</i>	-	-	-	-
<i>Outras</i>	-	-	-	-

Observação: Não ocorreram

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<i>1 – Despesas de Pessoal</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-

<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-

Observação: Não ocorreram

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-

<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>3º elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-

Observação: Não ocorreram

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Não ocorreram.

- Contingenciamento no exercício

Não ocorreram.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Não ocorreram.

- Outras questões relevantes

Não ocorreram.

2.4.3) Indicadores Institucionais

- Indicadores Institucionais desenvolvidos pela UJ

Projetos apoiados

- Utilidade

Aferir o número de projetos apoiados nas áreas relativas a direitos difusos

- Mensurabilidade

Os parâmetros utilizados para avaliar o desempenho da gestão são os seguintes: os dados e informações contidos no SIGPLAN (principalmente os referentes à situação); as informações referentes aos Relatórios de Gestão e Relatórios de Atividades (comparando-se com os dos anos anteriores); as informações contidas nos projetos apoiados pelo CFDD (comparando-se com as informações coletadas nos relatórios parciais e nos pareceres finais dos processos de prestação de contas dos referidos projetos e nos relatórios de viagens); e os dados e informações pertinentes ao Balanço Social do CFDD e o Plano Gerencial. Não há uma fórmula específica a ser utilizada, pois a medição consiste, basicamente, na comparação entre as metas traçadas pelo CFDD e os resultados obtidos, bem como entre as metas previstas nos projetos apoiados com recursos do FDD e os resultados alcançados.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
<i>Razões e Justificativas: Não ocorreram</i>					

3.2) Análise Crítica

Não há.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-

2008	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.253.365	154.682	912.547	186.136
2008	429.969	59.840	370.129	-
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2) Análise Crítica

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ

Evitando que a execução de cada projeto não ultrapasse dois anos de vigência.

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores

Não houve impacto na gestão financeira do FDD.

- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro

O valor constante da coluna “Saldo a Pagar em 31/12/2010” de R\$ 186.136,00, exercício de 2009, refere-se a dois convênios: i) Convênio nº 011/2009, SICONV nº 704002, celebrado com a Prefeitura do Recife - PROCON Recife-PE, cuja terceira parcela no valor de R\$ 106.136,00 fora inscrita em restos a pagar, ficando sua liberação dependendo da apresentação de relatórios e da prestação de contas parcial. A vigência do convênio encerrará em 31/01/2012; ii) Convênio nº 07/2009, SICONV nº 703386, celebrado com a Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima - FEMACTE, cuja terceira parcela no valor de R\$ 80.000,00 fora inscrita em restos a pagar, ficando sua liberação dependendo da apresentação de relatórios e da prestação de contas parcial. A vigência do convênio encerrará em 16/07/2011.

Quanto ao valor de R\$ 154.682,00, constante da coluna “cancelamentos acumulados”, ano 2009, refere-se ao Convênio Nº 05/2009, SICONV 703653, firmado com a Prefeitura de Pindamonhangaba/SP, no valor de repasse do CFDD de R\$ 254.681,86, a ser liberado em três parcelas. Em 27/10/2009 foi

realizada a transferência de recursos referente a 1ª parcela no valor de R\$ 100.000,00. Com relação à 2ª parcela, também no montante de R\$ 100.000,00, foi encaminhado Ofício nº 6828/2009/CFDD/SDE/MJ, de 04/11/2009, condicionando a sua liberação a comprovação do depósito da contrapartida pactuada e ao envio do relatório de execução. Como não houve manifestação da Prefeitura até 09/12/2009, nem comprovação do depósito da contrapartida, a Secretaria Executiva do CFDD, por meio do Ofício nº 7707/2009/CFDD/SDE/MJ, informou àquela prefeitura que a liberação da 3ª parcela, no valor de R\$ 54.681,86, estava condicionada a prestação de contas da execução da 1ª parcela. A vigência do convênio expirou em 14/10/2010, sem que houvesse o início da execução do projeto nem tampouco o depósito da contrapartida. A prefeitura solicitou a prorrogação do convênio no SICONV após o término de sua vigência (18/10/2010), o que foi indeferido pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Assim, foi solicitado a Prefeitura de Pindamonhangaba a devolução dos recursos da 1ª parcela liberada, sendo recolhida com a devida correção. Por essa razão, foi procedido o cancelamento das parcelas inscritas em Restos a Pagar.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto

Não há registro.

- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP

Os eventos negativos foram justamente o atraso nas entregas das prestações de contas parciais, que ocasionaram a inscrição em Restos a Pagar, bem como a impossibilidade de liquidação dos mesmos em tempo hábil.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-

1.4.1	Cedidos	-	-	-	-
1.4.2	Removidos	-	-	-	-
1.4.3	Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4	Licença não remunerada	-	-	-	-
2	Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1	Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4	Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5	Aposentado	-	-	-	-
2.3	Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3	Total	-	-	-	-

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGRH/MJ

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGRH/MJ

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. <i>Servidores Cedidos ou em Licença</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. <i>Provimento de cargo em comissão</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGRH/MJ

5.2) *Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas*

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

<i>Regime de proventos / Regime de aposentadoria</i>	<i>Quantitativo de Servidores</i>	<i>Aposentadorias em 2010</i>
1 <i>Integral</i>	-	-
1.1 <i>Voluntária</i>	-	-
1.2 <i>Compulsório</i>	-	-
1.3 <i>Invalidez Permanente</i>	-	-
1.4 <i>Outras</i>	-	-
2 <i>Proporcional</i>	-	-
2.1 <i>Voluntária</i>	-	-
2.2 <i>Compulsório</i>	-	-
2.3 <i>Invalidez Permanente</i>	-	-
2.4 <i>Outras</i>	-	-

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGRH/MJ

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

<i>Regime de proventos originário do servidor</i>	<i>Quantitativo de Beneficiários</i>	<i>Pensões concedidas em 2010</i>
---	--------------------------------------	-----------------------------------

1. Integral	-	-
2. Proporcional	-	-

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGRH/MJ

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	-	-	-	-	-
<input type="checkbox"/> Área Fim	-	-	-	-	-
<input type="checkbox"/> Área Meio	-	-	-	-	-
Nível Médio	-	-	-	-	-
<input type="checkbox"/> Área Fim	-	-	-	-	-
<input type="checkbox"/> Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGRH/MJ

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								

2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</i>									
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>									
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</i>									
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:					CNPJ:								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Observação:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
-	-	-	-
-	-	-	-

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

- Rotatividade (turnover)

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

- Educação Continuada

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

- Satisfação e Motivação

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

- Disciplina

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

- Desempenho funcional

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

- Níveis Salariais

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

- Demandas Trabalhistas

Informações constantes do Relatório consolidado da SDE, UG 200400, com dados da CGL/MJ

TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo de Defesa de Direitos Difusos									
CNPJ : 00.394.494/0100-18					UG/GESTÃO: 200401				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	731950/2010	Ministério Público do Acre –AC 04.034.450/0001-56	215.310,00	20.310,00	195.000,00	-	03.05.10	04.04.11	1
1	731967/2010	Prefeitura Municipal de Uberaba – MG 18.428.839/0001-90	180.800,00	20.800,00	160.000,00	-	27.04.10	27.10.11	1
1	732063/2010	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC –RO 04.793.055/0001-57	292.652,22	29.295,00	263.357,22	-	30.04.10	30.04.11	1
1	732898/2010	Fundação Lagunense de Cultura - Prefeitura de Laguna – ES	388.933,45	89.789,24	299.144,21	-	07.06.10	30.06.11	1

		00.483.887/0001-16							
1	732917/2010	Município de Santo Antônio da Patrulha RS-88.814.199/0001-32	165.000,00	33.000,00	132.000,00	-	10.06.10	31.12.13	1
1	732919/2010	Prefeitura Municipal de Guarulhos – SP 46.319.000/0001-50	100.000,00	14.245,00	85.755,00	-	07.06.10	31.01.12	1
1	732925/2010	Governo do Estado de Sergipe – SE 13.128.798/0022-28	119.240,00	11.924,00	107.316,00	-	07.06.10	07.06.11	1
1	733006/2010	Associação dos Amigos do Museu Regional de São João Del Rei – MG 04.658.519/0001-12	118.033,00	10.380,00	107.653,00	-	14.06.10	30.01.11	1
1	733199/2010	Prefeitura Municipal de Barra Mansa – RJ 28.695.658/0001-84	238.653,00	19.092,24	219.560,76	-	21.06.10	21.06.11	1
1	733200/2010	Prefeitura Municipal de Nova Andradina – MS 03.173.317/0001-18	147.409,00	3.009,00	144.400,00	-	16.06.10	16.06.11	1
1	733205/2010	Fundação Pró-Memória de São Carlos – SP 02.260.630/0001-20	203.877,00	26.800,00	177.077,00	-	14.06.10	31.10.11	1
1	733206/2010	Instituto Itapoty – SP	98.092,70	9.000,00	89.092,70	-	14.06.10	14.09.11	1

		02.260.630/0001-20							
1	733846/2010	Fundação Genésio Miranda Lins – SC 83.820.894/0001-93	102.060,00	20.550,00	81.510,00	-	14.06.10	14.02.11	1
1	733994/2010	ADECON – PE 03.296.698/0001-22	195.021,74	15.601,74	179.420,00	-	21.06.10	21.06.11	1
1	734105/2010	Prefeitura Municipal São João Del Rei – MG 17.749.896/0001-09	119.806,89	19.100,00	100.706,89	-	21.12.10	21.12.11	1
1	734427/2010	Prefeitura Municipal de Rio Branco – AC 04.034.583/0001-22	257.000,00	11.000,00	246.000,00	-	14.06.10	14.12.11	1
1	735569/2010	Instituto de Combate a Fraude e Defesa da Concorrência - ICDE/RS 08.259.925/0001-63	300.000,00	24.000,00	276.000,00	-	25.06.10	30.06.11	1
1	740301/2010	Arquidiocese de Fortaleza – CE 07.471.600/0001-87	121.300,00	23.900,00	97.400,00	-	15.07.10	15.07.11	1
1	740409/2010	Instituto Terra – MG 02.776.897/0001-75	277.200,00	9.000,00	268.200,00	-	15.07.10	15.07.11	1
1	748197/2010	Instituto Sócio Ambiental Vida Verde – RS 05.644.948/0001-01	291.152,00	6.000,00	285.152,00	-	30.08.10	31.07.11	1

1	748319/2010	Agência de Estudos e Restauro do Patrimônio dos Municípios da Região Metropolitana do Recife – PE 04.903.329/0001-13	307.820,95	11.999,98	295.820,97	-	30.08.10	30.08.11	1
1	748416/2010	Prefeitura Municipal de Contagem – MG 18.715.508/0001-31	299.993,50	29.993,50	270.000,00	-	07.12.10	07.12.11	1
1	748732/2010	Associação dos Amigos de Areia – PB 05.291.396/0001-97	264.300,00	5.286,00	259.014,00	-	05.11.10	04.11.11	1
1	748815/2010	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – MT 05.916.661/0001-85	186.150,00	18.615,00	167.535,00	-	14.12.10	31.12.11	1
1	749993/2010	Prefeitura da Lapa – PR 76.020.452/0001-05	388.800,00	7.776,00	381.024,00	-	29.12.10	31.12.11	1
1	750002/2010	Prefeitura de Morro da Fumaça – SC 83.000.323/0001-02	103.000,00	3.000,00	100.000,00	-	29.12.10	31.12.11	1
1	750355/2010	Instituto Reação – RJ 05.658.523/0001-43	277.853,90	-	277.853,90	-	30.12.10	30.12.11	1
1	752101/2010	Movimento das Donas de Casa e	120.000,00	-	120.000,00	-	30.12.10	31.01.12	1

		<i>Consumidores de Minas Gerais – MG</i> 20.966.842/0001-00							
<i>1</i>	<i>752104/2010</i>	<i>Prefeitura de São Miguel das Missões – RS</i> 89.971.758/0001-80	<i>103.000,00</i>	<i>3.000,00</i>	<i>100.000,00</i>		<i>29.12.10</i>	<i>01.01.12</i>	<i>1</i>
<i>1</i>	<i>752105/2010</i>	<i>Associação Comunitária Espiritualista Patriarca – SC</i> 01.742.552/0001-38	<i>90.774,61</i>	<i>10.300,00</i>	<i>-</i>	<i>80.474,61</i>	<i>30.12.10</i>	<i>30.12.11</i>	<i>1</i>
<i>1</i>	<i>752712/2010</i>	<i>Fundação Cultural de Joinville - SC</i> 83.796.227/0001-12	<i>171.010,00</i>	<i>29.710,00</i>	<i>141.300,00</i>	<i>-</i>	<i>29.12.10</i>	<i>15.01.12</i>	<i>1</i>
<i>1</i>	<i>752732/2010</i>	<i>Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro – RJ</i> 42.498.600/0001-71	<i>435.800,00</i>	<i>87.160,00</i>	<i>348.640,00</i>	<i>-</i>	<i>29.12.10</i>	<i>31.03.12</i>	<i>1</i>
<i>1</i>	<i>752737/2010</i>	<i>Ministério Público do Acre – AC</i> 04.034.450/0001-56	<i>162.500,00</i>	<i>16.400,00</i>	<i>146.100,00</i>	<i>-</i>	<i>29.12.10</i>	<i>05.05.12</i>	<i>1</i>
<i>1</i>	<i>752740/2010</i>	<i>Instituto Terra Mater – SP</i> 03.652.359/0001-31	<i>188.590,00</i>	<i>-</i>	<i>188.590,00</i>	<i>-</i>	<i>30.12.10</i>	<i>29.02.12</i>	<i>1</i>
<i>4</i>	<i>001/2010</i>	<i>Instituto Chico de Mendes</i>	<i>50.610,00</i>	<i>-</i>	<i>50.610,00</i>	<i>-</i>	<i>27.08.10</i>	<i>28.08.11</i>	<i>1</i>

		<i>Conservação da Biodiversidade – ICMbio</i> 443032							
4	002/2010	<i>Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN PE</i> 403101	299.700,00	-	299.700,00	-	02.08.10	31.07.11	1
4	003/2010	<i>Departamento de Educação e Cultura do Exército - Arquivo Histórico do Exército</i> 110407	45.204,00	-	45.204,00	-	30.04.10	31.08.11	1
4	004/2010	<i>Comissão de Anistia do MJ (UFPE – UFRJ – UFRS)</i> 153080 153115 153114	176.175,22	-	176.175,22	-	06.10.10	30.09.11	1
4	005/2010	<i>Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM - Museu da República - IPHAN – RJ</i> 413101	296.400,00	-	296.400,00	-	27.08.10	31.07.11	1
4	006/2010	<i>Sítio Roberto Burle Marx - IPHAN – RJ</i> 413101	291.940,60	-	291.940,60	-	27.08.10	31.07.11	1

4	007/2010	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN MG 403101	49.980,05	-	49.980,05	-	30.08.10	30.07.11	1
4	008/2010	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA MT 193034	283.519,49	-	283.519,49	-	01.09.10	31.08.11	1
4	Não foi celebrado Termo de Cooperação - apenas a descentralização do crédito entre UGs da SDE (CFDD p/ COAF)	Departamento de Proteção e Defesa Econômica - DPDC/SDE 200400	290.000,00	-	290.000,00	-	07.04.10	31.12.10	1
3	715100/2010	Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura e Tecnologia - FBC 01.633.987/0001-44	79.180,62	12.600,10	66.580,52	-	01.02.10	30.01.11	1
3	734396/2010	Instituto de Pesquisa Ambiental - EKOS 05.214.023/0001-12	280.800,00	10.800,00	-	270.000,00	28.12.10	30.01.12	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente

3 - *Termo de Parceria*
4 - *Termo de Cooperação*
5 - *Termo de Compromisso*

3 - *Inadimplência Suspensa*
4 - *Concluído*
5 - *Excluído*
6 - *Rescindido*
7 - *Arquivado*

Fonte: SICONV

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Fundo de Defesa de Direitos Difusos						
CNPJ: 00.394.494/0100-18				UG/GESTÃO: 200401		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	28	20	34	4.111.139	2.155.632	6.375.579
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	2	-	-	66.581
Termo de Cooperação	9	9	9	723.795	2.806.696	1.107.366
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	37	29	45	4.834.934	4.962.327	7.549.526

Fonte: Siafi

6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundo de Defesa de Direitos Difusos					
CNPJ: 00.394.494/0100-18			UG/GESTÃO: 200401		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	54	-	9.223.419	266.611	99%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	2	-	66.581	270.000	99%
Termo de Cooperação	11	-	1.785.353	-	100%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	68	-	11.075.353	536.611	-

Fonte: SIAFI.

6.1.4) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundo de Defesa de direitos Difusos					
CNPJ: 00.394.494/0100-18			UG/GESTÃO: 200401		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	<i>Ainda no prazo de prestação de contas</i>	<i>Quantidade</i>			
		<i>Montante Repassado</i>		-	-
	<i>Com prazo de prestação de contas vencido</i>	<i>Contas prestadas</i>	<i>Quantidade</i>	7	-
			<i>Montante Repassado (R\$)</i>	4.057.646,87	-
<i>Contas NÃO prestadas</i>	<i>Contas NÃO prestadas</i>	<i>Quantidade</i>	7	-	
		<i>Montante Repassado (R\$)</i>	4.057.646,87	-	
2009	<i>Contas prestadas</i>	<i>Quantidade</i>	19	-	
		<i>Montante Repassado (R\$)</i>	2.711.020,61	-	

	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2008	Contas prestadas	Quantidade	15	-
		Montante Repassado (R\$)	1.197.055,30	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Fonte: Siconv

6.1.5) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos Valores em R\$ de Repasse 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundo de Defesa de direitos Difusos					
CNPJ: 00.394.494/0100-18			UG/GESTÃO: 200401		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			7	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	-	-
			Quantidade	07	-
Montante repassado (R\$)		4.057.646,87	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			19	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		06	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		13	-
Montante repassado (R\$)		1.897.238,07	-		
2008	Quantidade de contas prestadas			15	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		13	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		2	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: Siconv

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente

O FDD não realiza transferência na situação de inadimplente.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere a execução orçamentária e financeira no ano de 2010 foi efetuada de acordo com os referidos normativos.

-Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos

Em 2008 foram celebrados 37 instrumentos, valor empenhado 5.546.876, repassados no exercício 4.834.934.

Em 2009 foram celebrados 29 instrumentos, valor empenhado 6.215.693, repassados no exercício 4.962.328.

Em 2010 foram celebrados 45 instrumentos, valor empenhado 7.900.001, repassados no exercício 7.549.526.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011

Instruiu tecnicamente grande parte dos projetos no ultimo quadrimestre de 2010, a fim de que os conselheiros possam deliberar no primeiro semestre de 2011, evitando que as transferências fiquem destacadas para os meses finais de ano.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares

Até o ano de 2010 temos 20 prestações de contas com os prazos regulamentares expirados. Em 2009 foram 13 e 2010 foram 7 prestações de contas, respectivamente. São somente dois técnicos para analisar as prestações, sendo que os mesmos também são designados para visitas “in loco” dos projetos para examinar a documentação das despesas, os trâmites do processo licitatório e a execução física propriamente dita.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto

Eficiência e eficácia: Apesar do empenho dos servidores, torna-se materialmente impossível à análise de todas as prestações de contas, tendo em vista a demanda e o reduzido número de pessoal, o que dificulta o cumprimento dos prazos regulamentares.

Recursos humanos: 1 (técnico) até 2009 e 2 (dois) técnicos em 2010. Ou seja, o número de técnicos é deficitário para análise das prestações de contas dentro prazo regulamentar.

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

A estrutura que o Conselho Federal Gestor do FDD tem é pequena para a realizar tanto o gerenciamento das transferências quanto para fazer a fiscalização “in loco” dos projetos, tendo em vista que a Lei que criou o CFDD deixou de constar a estrutura da Secretaria Executiva do Conselho, pelo menos é o argumento que o Ministério do Planejamento alega para não aprovar uma estrutura. Ou seja, a secretaria executiva do CFDD fica na dependência da Secretaria de Direito Econômico quanto a disponibilidade de técnicos e funções gratificadas de outros departamentos. A baixa valorização das áreas, e em especial a baixa remuneração frente a uma carga de trabalho grande e de extrema responsabilidade são as principais causas de evasão de pessoal e, conseqüentemente, dificuldades para recrutar quadros capacitados. Como exemplo, não temos Plano de Carreira e nem direito a GSISTE.

- Outras questões relevantes

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	-	-	-	-	X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	-	-	-	-	X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	-	-	-	-	X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X	-	-	-	-
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	-	-	X	-	-
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	-	-	X	-	-
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	-	-	X	-	-
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	-	-	X	-	-
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	-	-	-	X	-
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	-	-	-	X	-
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	-	-	-	X	-
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	-	-	X	-	-
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	-	-	X	-	-
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	-	-	X	-	-
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	-	-	X	-	-
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	-	X	-	-	-
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	-	-	X	-	-
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	-	-	X	-	-
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	-	-	X	-	-
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	-	-	-	X	-
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	-	-	-	X	-
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	-	-	-	X	-
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	-	-	-	X	-
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	-	-	-	X	-
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	-	-	X	-	-
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma	-	-	X	-	-

eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	-	-	X	-	-
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	-	-	X	-	-
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	-	-	-	X	-
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	-	-	-	X	-
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	-	-	-	X	-
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Economia no consumo de energia, ausência de substâncias tóxicas, economia no consumo de água.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	-	-	-	X	-
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	-	-	-	X	-
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	-	-	-	X	-
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Selo PROCEL.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	-	-	-	-	X
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Houve redução de cerca de 30% no consumo de energia desde o início da implantação do programa Energia Inteligente, mas não				

	houve redução significativa no último ano. Não há programa para redução do consumo de água, mas torneiras econômicas têm sido instaladas nas reformas.
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	- 2 - - -
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	1 - - - -
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Não houve
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	1 - - - -
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Não houve
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	- - - X -
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	- - - X -
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	- - - - X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	- - - - X Pôsteres, e-mails.
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	- - - X - Palestras (A3P, compras pública sustentáveis, coleta seletiva), pôsteres, e-mail.
Considerações Gerais:	- - - - -
LEGENDA	
Níveis de Avaliação:	
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	<i>município 1</i>	-	-
	<i>município 2</i>	-	-
	<i>município "n"</i>	-	-
	UF "n"	Σ	Σ
	<i>município 1</i>	-	-
	<i>município 2</i>	-	-
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>	-	-
	<i>cidade 2</i>	-	-
	<i>cidade "n"</i>	-	-
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>	-	-
	<i>cidade 2</i>	-	-
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Spiunet

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	<i>município 1</i>	-	-
	<i>município 2</i>	-	-
	<i>município "n"</i>	-	-
	UF "n"	Σ	Σ
	<i>município 1</i>	-	-
	<i>município 2</i>	-	-
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>	-	-
	<i>cidade 2</i>	-	-
	<i>cidade "n"</i>	-	-
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>	-	-
	<i>cidade 2</i>	-	-
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Spiunet

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total							Σ	Σ

Fonte:

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

[texto]

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento	-	-	-	-	-
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	-	-	-	-	X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	-	-	-	X	-
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	-	-	-	X	-
Recursos Humanos de TI	-	-	-	-	-
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	181				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X	-	-	-	-
Segurança da Informação	-	-	-	-	-
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	-	-	-	-	X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	-	-	-	-	X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas	-	-	-	-	-
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	-	-	-	-	X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	-	-	-	-	x-
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	-	-	-	X	-
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	-	-	-	-	X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	-	-	-	-	-
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	47,5%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	-	-	-	-	X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	-	-	-	4	-
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	-	-	-	4	-
Considerações Gerais: Não informado					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Observação: Não teve nenhuma manifestação formal do TCU em relação a SDE no ano passado.					

12.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não teve nenhuma manifestação formal do TCU em relação a SDE no ano passado.					

12.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>Obs: Não ocorreram no período</i>			

12.4) *Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício*
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>Obs: Não ocorreram no período</i>			

20. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

20.1) *Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais*

Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R\$ 1,00

<i>Identificação da Organização Internacional Cooperante</i>					
<i>Nome da Organização</i>				<i>Sigla</i>	
<i>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</i>					
<i>Título do Projeto</i>				<i>Código</i>	
...					
<i>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</i>					
<i>Código do Contrato:</i>					
<i>Objetivo da consultoria: Texto</i>					
<i>Período de Vigência</i>		<i>Remuneração</i>			
<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
<i>dd/mm/aaaa</i>	<i>dd/mm/aaaa</i>				
<i>Insumos Externos</i>					
<i>Produtos Contratados</i>					
<i>Descrição</i>			<i>Data prevista de entrega</i>	<i>Valor</i>	
<i>Texto ...</i>			<i>dd/mm/aaaa</i>		
<i>Consultor contratado</i>					
<i>Nome do consultor:</i>				<i>CPF:</i>	
<i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</i>					

20.2) Análise Crítica

Não ocorreram

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ

Não ocorreram

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las

Não ocorreram

Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício

Não ocorreram

ANEXOS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.]

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.]

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.]

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

V - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	
<i>Denominação completa (UJ)</i>	<i>Código da UG</i>
<i>CONSELHO GESTOR DO FUNDO DOS DIREITOS DIFUSOS</i>	<i>200401</i>
<i>Declaramos, para os devidos fins, que os servidores da Secretaria de Direito Econômico, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, Exercício 2010, Ano-Base 2009, de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.</i>	

<i>Local</i>	<i>Brasília-DF</i>	<i>Data</i>	<i>25 de março de 2011</i>
<i>Coordenador Geral de RH</i>	<i>Edson Raimundo Machado</i>	-	-

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

<i>Denominação completa (UJ)</i>	<i>Código da UG</i>
<i>CONSELHO GESTOR DO FUNDO DOS DIREITOS DIFUSOS</i>	<i>200401</i>

*Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. **EXEPTO** no tocante à restrição contábil registrada no SIAFI abaixo relacionada:*

- a) Convênios na situação de A Comprovar, A Aprovar com data Expirada, Divergência Registro SIAFI x Situação Real Convênio.*

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;

- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de

Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e

- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	01 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
CONSELHO GESTOR DO FUNDO DOS DIREITOS DIFUSOS	200400

*Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante à restrição contábil registrada no SIAFI abaixo relacionada:*

a) Convênios A Comprovar, A Aprovar com data Expirada;

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;*
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e*
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.*

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	01 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
CONSELHO GESTOR DO FUNDO DOS DIREITOS DIFUSOS	200401

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), NÃO refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<i>Local</i>	<i>Brasília-DF</i>	<i>Data</i>	<i>01 de março de 2011</i>
<i>Contador Responsável</i>	<i>José Carlos Gomes</i>	<i>CRC n°</i>	<i>DF 9.261/O-7</i>

VI - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

VII - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

VIII - INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA PREVISTA NO ART. 4º, § 3º DA DN TCU Nº 107/2010 REFERENTE AO ITEM 16 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

IX - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;

[texto]

b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

[texto]

X - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

<i>Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação</i>	<i>Programa</i>		<i>Ação</i>	
	<i>Número</i>	<i>Título</i>	<i>Número</i>	<i>Título</i>
<i>Fundo de Defesa de Direitos Difusos</i>	0697	<i>Defesa do Consumidor</i>	6067	<i>Defesa dos Diretos Difusos</i>
<i>Fundo de Defesa de Direitos Difusos</i>	0697	<i>Defesa do Consumidor</i>	2272	<i>Gestão e Administração do Programa</i>
<i>Comentários do responsável:</i>				

XI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

<i>Programa ou Fundo</i>	<i>Forma de participação</i>	<i>Responsabilidades da entidade na execução</i>
-	-	-
-	-	-
-	-	-

XII - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

<i>Quantitativo de servidores terceirizados irregulares e servidores concursados ao final do exercício</i>					
<i>Ano</i>	<i>Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional</i>	<i>Vinculação Ministerial</i>	<i>Concursados (A)</i>	<i>Terceirizados (B)</i>	<i>B/(A+B) (C)</i>
2007	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-

	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Observação: Informações constantes do relatório consolidado da SDE, UG 200400, com informações da CGRH/MJ

XIII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107/2010

<i>Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional</i>	<i>Vinculação Ministerial</i>	<i>Providências adotadas para substituição por servidores concursados</i>

Observação: Informações constantes do relatório consolidado da SDE, UG 200400, com informações da CGRH/MJ